

## **451ª ROP CONSEMA**

**00:00:38 Naiana Lanza:** Bom dia a todos e a todas. Nós vamos iniciar a reunião. Em instantes a secretaria está chegando, ela vai se atrasar um pouquinho, mas ela pediu para a gente já iniciar em função das agendas do dia de todo mundo. Então, bom dia Jônatas, Cristiano, conselheiras e conselheiros, demais amigos que nos acompanham presencialmente e pela internet. Tendo sido verificado o quórum, à mesa declara aberto os trabalhos da Reunião Ordinária nº 451 do Plenário do CONSEMA, que tem pauta conhecida, distribuída no prazo regimental. Informo ainda que a transmissão ao vivo dessa reunião pode ser acessada no YouTube da Secretaria, na página @semilsp, e a plenária ocorre na sala de reuniões do CONSEMA, o Plenário Professor Paulo Nogueira Neto, e também por meio virtual, através de videoconferência. Então, em continuidade ao Expediente Preliminar, passamos à aprovação da Ata da Reunião Ordinária nº 450 do Plenário do conselho, distribuída junto à convocatória aos conselheiros e às conselheiras, razão pela qual eu peço ao Plenário que dispense a leitura. Alguém aqui tem algum comentário em relação a ata? Presencialmente não, online também não. Então a ata fica, portanto, aprovada. Na sequência, passamos a comunicação da Presidência e da Secretaria Executiva. Então, com a palavra, o senhor subsecretário de Meio Ambiente da Secretaria, Jônatas Trindade, para fazer as suas comunicações. Por favor, secretário.

**00:02:26 Jônatas Trindade:** Bom dia pessoal. Vou fazer algumas comunicações rápidas. Acho que o primeiro é o destaque do que a gente está vivendo nos últimos dias, que é a COP. A Secretaria, a secretaria conseguiu participar de parte das agendas, buscando apresentar um pouquinho do que São Paulo tem feito. Antes da COP nós realizamos o nosso Summit aqui em São Paulo, foi um evento bastante rico, com muita qualidade, discussão técnica, com muitas apresentações. Foram mais de 500 palestras, palestrantes, na verdade. Eu acho que foi um momento rico, de troca efetiva. Eu tive a oportunidade de conseguir participar como ouvinte, que eu acho que muito melhor do que falar, é participar como ouvinte, até para entender daqueles que vieram de fora, o que pode ser trabalhado ainda por São Paulo. Acho que é importante a gente avançar em algumas agendas que a gente tem discutido, uma delas é a agenda de bioeconomia, porque eu acho que São Paulo tem todo um espectro de possibilidades e uma estrutura, seja logística, seja a indústria, seja tecnológica, que a gente consegue aproximar de uma cadeia que tem um valor muito importante para a gente. Então, melhorar, ou desenvolver, de uma forma muito própria essas cadeias de valor da bioeconomia, é o que a gente tem ultimamente trabalhado, de uma forma muito própria, ainda numa discussão interna, mas que a gente quer ampliar para essa discussão com envolvimento maior e tendo uma governança com participação da sociedade civil e da academia. A gente fez uma Minuta de Decreto em que houve o envolvimento de um grupo de acadêmicos e da sociedade civil na construção de um primeiro decreto que pensa na estratégia da bioeconomia que do Estado de São Paulo. E aí, criando-se essa estratégia, a gente vai ter um momento também de desenvolvimento do Plano Estadual de Bioeconomia, muito guiado no que o governo federal tem trabalhado, o Ministério do Meio Ambiente, os diversos atores do governo federal, olhando também outras experiências, como a experiência do Pará, que é uma experiência bem rica. Eles conseguiram avançar, eu fiquei até surpreso pelo avanço que eles tiveram nos últimos anos em relação a agenda de bioeconomia. E eu acho que é isso, acho que a gente teve esse espaço aqui do Summit, tem o espaço da COP, com participação da Secretaria em diversas agendas que enriquecem, faz com que a gente

consiga refletir e trazer isso para as políticas públicas estaduais. Um destaque também, acho que foi a premiação do SP Carbono Zero, que foi realizado também no evento pré-COP, aqui no Summit. Eu fiquei muito feliz pela premiação e por quem foi agraciado. Eu não votei, mas a gente fica torcendo por algumas experiências. A experiência vencedora foi a experiência de restauração do Ipê Iá no Pontal do Paranapanema, uma experiência muito exitosa e de escala, que é o que a gente precisa nas políticas públicas do Estado. E foi uma escolha popular, a gente teve uma primeira seleção feita interna pela Secretaria que premiou, teve uma primeira premiação, daqueles melhores classificados, mas depois isso foi levado a votação popular e a experiência deles venceu. Que bom que venceu, porque realmente eu acho que a gente tem que dar destaque a essas iniciativas, e as demais também, que foram premiadas no evento. Também destacar o trabalho que vem sendo realizado pelo IPA, o IPA, como referência pelos seus pesquisadores. Nós temos alguns cientistas no IPA que tem sido destaque mundialmente, aparecendo em publicações, mostrando como pessoas influentes naquilo que desenvolvem. Acho que o Nalon pode explicar um pouquinho desse trabalho, e falar também um pouquinho do trabalho, eu vou depois passar para o Cristiano falar do trabalho que tem sido feito pela equipe em relação a recursos hídricos e saneamento, em especial as entregas que a gente tem realizado de forma bastante própria, dentro do planejamento da universalização do saneamento no Estado. Além disso, recentemente também foi finalizado o leilão da PPP, das travessias hídricas, que traz também tecnologia para a questão das travessias hídricas, em especial com o uso de fontes renováveis, seja elétrica, ou seja outra fonte que seja mais amigável do ponto de vista ambiental nessa renovação que a gente entende que é necessária, e alinhado com o nosso Plano de Ação climática. E, além disso, a gente tem acompanhado também uma agenda do Porto de São Sebastião, que tem se destacado e tem sido premiada em diversos quesitos do ponto de vista ambiental, e os investimentos que tem sido feito pelo Porto, seja na ampliação, seja na adequação de funcionamento daquele porto. E, por fim, destacar a agenda de Energia, em especial nos projetos que têm sido desenvolvidos em relação ao armazenamento de CO<sub>2</sub>, um projeto sendo desenvolvido de CO<sub>2</sub> em rochas basálticas, que é um trabalho que vem sendo feito com apoio da academia. Eu acho que era basicamente isso que eu gostaria de falar e agradecer a presença de cada um de vocês nessa reunião de hoje, e falar que a gente tem muito ainda a avançar, e que uma pauta que tem sido trabalhada, de uma forma muito própria e, em breve, a gente vai ter outros resultados significativos, é a pauta da fauna. É uma pauta que tem sido priorizada, nós temos trabalhado na política estadual de fauna silvestre. Estamos num momento de revisão, dessa revisão comigo. Foi trabalhado tecnicamente pelas equipes, e aí converge em diversos aspectos com uma lógica mais ampla da fauna, com a política realmente de fauna silvestre no Estado de São Paulo. Então, no início do ano que vem, espero que essa revisão que eu estou fazendo nessa proposta de política possa ser divulgada para a gente apresentar um projeto de lei na Assembleia, um projeto robusto, com a cara de São Paulo, muito bem trabalhado tecnicamente. Devolvo para você, Naiana.

**00:09:10 Naiana Lanza:** Obrigada, Jônatas. Falha minha pessoal, não agradecer o Jonatas hoje, que nos forneceu aqui o nosso cafezinho da manhã, com pão de queijo, então agradecemos, senhor secretário. E aguardamos o próximo conselheiro que vai fazer essa cortesia na nossa próxima reunião de fim de ano. Então, brincadeiras à parte, passamos então agora aos informes na Secretaria Executiva. Eu gostaria, primeiramente, de trazer uma devolutiva, na verdade um informe para vocês em relação ao trabalho que tem sido desenvolvido aqui pelo CONSEMA sobre o Licenciamento Ambiental Municipal. Então, eu digo breve porque a ideia é apresentar depois para vocês o produto final sobre esse tema e

sobre as atividades que a gente tem desenvolvido, mas eu vou trazer aqui as informações do estado da arte, digamos. Então, para aqueles que não se recordam ou não sabem, em julho deste ano a gente recebeu um ofício das entidades ambientalistas, encaminhado pelo Instituto de Conservação Costeira, justamente fazendo algumas sugestões. E aí algumas questões em relação ao acompanhamento desse tema. E a partir disso, e considerando também as demandas da própria SEMIL em relação a essa temática, a Secretaria Executiva iniciou um trabalho de diagnóstico sobre esse tema de uma forma ampla, para a gente entender como que estava a situação das informações, principalmente considerando os aspectos de transparência e capacitação. Então, esse trabalho foi desenvolvido em conjunto, um trabalho feito em parceria com a CETESB, com a Diretoria de Educação Ambiental, com a Diretoria de Planejamento Ambiental e também com o Programa Município Verde Azul. Então, a partir desse diagnóstico inicial, que justamente era entender principalmente as informações que estavam ali sendo disponíveis disponibilizadas pelos municípios em relação ao Licenciamento Municipal Ambiental, uma das premissas, inclusive da deliberação normativa CONSEMA 1 de 2024, não só da deliberação CONSEMA, mas também de outras normas relacionadas a esse tema, como, por exemplo, a Lei Complementar 140. Então, a partir disso, e considerando as atribuições do CONSEMA, a gente tem trabalhado fortemente para reestruturar algumas ações focadas na transparência e na capacitação. Eu estou falando bastante isso, porque isso é algo para a gente muito importante de trazer essa questão da transparência para facilitar o controle, tanto pela sociedade de uma forma ampla em relação a esse tema. Então, a partir daí, foram enviados ofícios para todas as prefeituras habilitadas hoje a fazerem o Licenciamento Municipal Ambiental, justamente pedindo uma atualização sobre as informações disponíveis relacionadas aos critérios previstos na deliberação, como por exemplo, a questão da equipe multidisciplinar, a questão dos conselhos de meio ambiente municipais, a questão das normas relacionadas ao sistema de monitoramento e fiscalização e algumas outras questões. Então a gente encaminhou todos os ofícios para todas as prefeituras, das informações que foram repassadas para a gente. São muitos links, muitas informações que a gente está checando, e a ideia, depois de checado isso, a gente fazer o quê? Reestruturar o site do CONSEMA relacionado ao Licenciamento Municipal Ambiental, justamente para facilitar o acesso à informação. Então, o site está em fase avançada de construção, mas depende agora dessa validação do conteúdo dos links, inclusive algumas prefeituras, nós teremos que oficiar novamente. Então, a ideia é que a gente tenha no site essas informações de fácil acesso, para que lá seja fácil identificar no site da prefeitura onde estão disponibilizadas as informações de transparência, e também terá uma sessão ali de perguntas frequentes, que a gente sabe que é um tema que, por diversas vezes, gera dúvida em relação às competências, tanto do Estado quanto do município, quanto do Conselho Estadual, do Conselho Municipal, da CETESB, então, a ideia é que esse site tenham essas perguntas frequentes para facilitar o entendimento de toda a sociedade em relação a esse tema, inclusive, no momento em que a gente publicar o site, a gente deve apresentar aqui para vocês. Convido, antecipadamente, os conselheiros para depois contribuírem com a gente também com essas perguntas, que vocês nos trazem muitas demandas em relação a isso. Então, a ideia é que a gente coloque no site toda essa informação para facilitar o entendimento sobre o assunto, inclusive com contatos das prefeituras e das ouvidorias, das prefeituras, dos conselhos municipais. Dos conselhos municipais nós fizemos um levantamento de contato de todos os conselhos municipais, com apoio do Programa Município Verde Azul, então a gente está nessa fase de reestruturação do banco de dados para poder disponibilizar para vocês. No site, também, nesse trabalho de diagnóstico, nós

fizemos também um trabalho de mapear os conteúdos formativos relacionados à temática de Licenciamento Municipal, Ambiental e Conselhos de Meio Ambiente. Então, nós identificamos alguns conteúdos. A ideia é que o site também facilite o acesso a esses conteúdos. Então vai estar tudo ali no nosso site também, com foco justamente na formação dos municípios e dos conselhos de Meio ambiente, para que fique claro, ali as atribuições relacionadas a esse tema. Tem muito conteúdo, então a gente já mapeou, por exemplo, acho que 20 conteúdos que dariam para a gente já, de uma forma inicial, trazer para o site. Então, a partir daí, a ideia para o ano que vem é a gente trabalhar mais intensamente na capacitação dos municípios e dos conselhos de meio ambiente. É uma conversa que a gente tem feito com o pessoal da Educação Ambiental e também do Planejamento Ambiental. Nós fizemos um diagnóstico já de conteúdo, de propostas, de cursos, que seria o interessante, um curso a ser desenvolvido em EAD, mas a gente ainda não conseguiu fazer um planejamento, um cronograma de execução dessas atividades e até por isso, não trouxemos aqui para vocês hoje, que a ideia é trazer aqui já consolidado o tema para vocês. E aí, nesse pacote, a ideia é que a gente faça um workshop com os municípios e um curso em EAD com essa temática. Então aqui, só trazendo o informe da situação atual do Licenciamento, só trazendo essa devolutiva para vocês, de que a partir do ofício que foi recebido, a Secretaria Executiva do CONSEMA e toda a equipe do CONSEMA está envolvida nessa temática, até agradeço o apoio de todo mundo. Nós estamos trabalhando para melhorar a gestão desse tema. Seguimos então para o próximo informe aqui, mais dois informes, rapidamente. Eu gostaria de convidar todo mundo a participar das nossas próximas audiências públicas. Então, semana que vem teremos uma audiência pública no município de Bonsucesso de Itararé, que debaterá o EIA Rima do empreendimento Mineradora Industrial e Comércio Cobastalco, que será realizada no dia 26 de novembro. As informações podem ser acessadas no site do CONSEMA, com os detalhes das audiências. E também no dia 2 de dezembro ocorrerá uma nova audiência pública relacionada ao empreendimento Ampliação da Central de Tratamentos de Resíduo Leste - CTL Fase VI, de responsabilidade da Ecourbis Ambiental, que será realizada no Jardim Três Marias - São Mateus, no município de São Paulo. Então eram esses os informes aqui da Secretaria Executiva. Então passamos agora aos assuntos gerais, divididos entre os conselheiros. Então eu vou pedir para aqueles que desejam fazer o uso da palavra para se manifestar aqui no plenário e também o pessoal que está online para ir levantando a mão. Eu vou começar aqui pelo plenário, dá tempo do pessoal online se organizar. Então vamos lá: Victorino, Lara, Nalon, Crepaldi e Dauro. Então, aqui no plenário, só recapitulando, Victorino, Crepaldi, Dauro, Lara, Nalon e Navarro. Então, aqui online temos o Andrés, Amanda, da PGE, a Joana, Manara e Sanseverino. Sanseverino, eu peço para você levantar a mãozinha no Teams, assim facilita para a gente a gestão aqui, quando for fazer o pedido, o uso da palavra. E Paulo Nelson. Então, temos bastante gente para falar hoje, então teremos dois minutos por conselheiro. Peço a colaboração de todas e todos, porque hoje a pauta está bem interessante, então, para a gente deixar esse momento mais rico dos debates. Então, iniciando aqui, Victorino, por favor.

**00:19:35 Eduardo Victorino:** Bom dia a todos. Primeiro parabenizar o nosso subsecretário Jônatas pela política da fauna. Que ótimo! Que venha em janeiro, isso vai ser importante para nós. Estavamos conversando agora há pouquinho ali fora, coronel, sobre isso, e também sobre a Deliberação 01/24. Parabéns. Precisa muito disso. Fazer realmente um site que a gente consiga entender melhor alguns questionamentos que são feitos hoje já estejam lá para fácil acesso. Então, parabéns também por isso. E agora, bem rapidamente, Mairiporã tem 140 empresas de plástico, e a gente tem um projeto muito bacana, chamado Instituto Sou

Plástico. Eu até trouxe aqui para nossa secretaria, a hora que ela chegar vou entregar para ela, que é o nosso Capicard. Então, a gente está buscando uma possibilidade de a gente fazer com que o plástico não seja o vilão da história. Se nós fizermos a economia circular, a gente vai fazer com que o plástico não seja descartado de maneira irregular. Então, é um projeto interessante. Vou levar isso para a ANAMMA, porque a ANAMMA representa os municípios, e é um projeto interessante. Nós começamos agora numa escola onde tem aqui um cartãozinho, que é um Capicard, e esse aqui está no nome da Natália Rezende, ela vai ganhar um cartãozinho. A criançada, então, vai lá e leva os plásticos, lavado, inclusive, pesa, e depois ela ganha pontos aqui, e depois ela vai na lojinha e compra o material. Isso é um projeto bacana e depois, um pouquinho mais para frente, a ideia é trazer aqui para o CONSEMA para a gente poder multiplicar para outros municípios. Então seria isso, obrigado!

**00:21:22 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Passamos, então, agora a palavra ao conselheiro Crepaldi.

**00:21:32 Ricardo Crepaldi:** Bom dia a todos. Bom, rapidamente, dois minutinhos. Senhor secretário Jônatas, por favor, eu acho que seria interessante a gente colocar dentro de uma pauta aqui aquilo que foi falado pela secretaria na última reunião sobre o Plano Estadual, sobre o biogás e biometano para apresentação do que exatamente o governo do Estado está falando, se a gente só está falando do aterro, se está falando de Estações de Tratamento, o que nós estamos falando. E as localizações para o uso dessa energia, que é muito importante para o desenvolvimento do nosso estado. Outro ponto é uma sugestão: a gente fez pré-COP, Summit, fez várias coisas. A COP está terminando essa semana, eu acho que a gente devia fazer uma reflexão pós-COP. Eu acho que aí é uma reflexão dos especialistas da Secretaria, para depois apresentar aqui para nós, no plenário para que não seja só anualmente uma discussão de colocar boas ideias e ficar por isso. Outro ponto, subsecretário Kenji, a pedido do próprio pessoal lá do Comitê de Bacia lá do Tietê, Jacaré e o pessoal ali de Barra Bonita, eu venho ressaltar, aproveitar o Agnaldo também, já falei com ele sobre a questão dos aguapés e a questão do Tietê e do impedimento, às vezes, até da questão do turismo. É lógico, isso impede turismo, isso impede renda, e a questão da logística em si, que atrapalhando a logística, é muito importante no nosso estado, para a gente ter um carinho especial sobre isso. É uma época de proliferação, ou seja, para a gente poder manter isso, para que a hora que a gente chegar na época do inverno, onde começa, o nível do rio caí, isso inviabiliza toda a questão desses pontos. E o último ponto, um pouco rapidamente, Mayla, houve uma decisão do STJ sobre a questão do desmatamento de Cerrado desde que os empreendimentos estavam anteriores à lei. Isso foi uma decisão federal, decisão judicial se cumpre, não se discute, porém, o que aconteceu? Eu já estou com várias denúncias que o pessoal desmatou indiscriminadamente, inclusive em áreas que estavam dentro de TACs, ou Termos de Ajuste de Conduta, ou Termos de Compromisso desses tipos de licenciamento antigo.

Como isso tudo vai pela CETESB, é um carinho especial para olhar para que os excessos não aconteçam. Esse é o meu ponto de discussão, porque estão acontecendo excessos, porque estão aproveitando o que acabou de acontecer e isso faz uma semana e meia, e como vira uma jurisprudência federal, então todo mundo começa a fazer todo tipo de desmatamento, desde que seja anterior a lei. Então isso é um problema, e a gente deve se preocupar, e a gente é o Estado padrão para isso. Eram só esses pontos, obrigado.

**00:24:37 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Na sequência, chamo o conselheiro Dauro para fazer o uso da palavra.

**00:24:50 Dauro Marcos do Prado:** Bom dia a todos e todas. Em nome da secretaria, eu quero cumprimentar a todos os conselheiros e conselheiras. Queria trazer aqui que a gente acabou de construir o nosso protocolo de consulta comunitária, da comunidade de Rio Verde Grajaúna e comunidade da Praia do Una. E aí eu trouxe um exemplar para cada conselheiro e conselheira, e eu ia pedir para o Marcos e a Daiane que pudessem fazer essa entrega. E a gente fez um ofício para vocês fazerem o recebimento. Mas, de primeira mão, já queria entregar para a secretaria um protocolo, tá bom? Um abraço a todos. Obrigado.

**00:25:34 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Fica a vontade para distribuir o material para o pessoal. A gente vai tocando aqui e vocês vão fazendo a distribuição, tá bom? Obrigada, pessoal. Na sequência, então, eu chamo agora para fazer uso da palavra o pessoal que está online, iniciando com o conselheiro Andrés, o Paulo Nelson, que colocou no chat que ele gostaria de dividir o tempo dele entre o Joana e o Andrés. Então, portanto o Andrés tem três minutos e a Joana também terá três minutos para fazer uso da palavra. Por favor, conselheiro, fique à vontade. Andrés, a gente não te ouve. Talvez tenha que habilitar o microfone e a câmera, não estou nem te vendo aqui, para falar a verdade. Se tudo bem, enquanto o Andrés se organiza, eu vou passar para a Joana, pode ser, Andrés? Eu não estou nem te vendo. Eu passo para a Joana e qualquer coisa a gente volta para você na sequência. Joana, por favor, você tem três minutos.

**00:27:44 Joana Alves:** Bom dia a todos. Bom dia, secretária, secretário, todos os conselheiros. Eu vou fazer uma fala rápida aqui a respeito das ocupações desordenadas. A gente está com um problema bem sério em relação a isso. Acho que outros conselheiros já trouxeram aqui no CONSEMA essa questão e, inclusive, a gente gostaria, enfim, de em breve marcar uma conversa direta com o Comando da Polícia Ambiental. Mas a gente queria protocolar hoje um ofício mencionando especificamente o caso de um bairro na Ilha Bela, que é Barra Velha. Acho que isso já foi trazido aqui para alguns integrantes da SEMIL. A gente está com uma ocupação assim, assustadora, irregular lá. Já está chegando muito perto do limite do Parque Estadual de Ilhabela. Então, queremos protocolar esse ofício aqui. E aí, não vou ler o ofício inteiro, obviamente, mas queria só citar alguns tópicos importantes aqui que a gente queria pleitear. Então, é uma questão que a Ilhabela não tem base da Polícia Ambiental. Isso já é uma discussão antiga. Já tiveram abaixo assinados que acho que chegaram mais de 10 mil assinaturas sobre a importância de ter uma base da polícia lá. A Polícia Ambiental é a de São Sebastião, que atende o município, cruza a balsa, então tem todos esses problemas que já são historicamente discutidos. Então, a primeira coisa é reforçar esse pedido, e aí falar da necessidade de uma fiscalização mais frequente, não só da Polícia Ambiental, mas em parceria com todos os órgãos de fiscalização, parque, etc. Outro pleito, reativar alguns postos de vigilância armada do Parque de Ilhabela. Acho que teve uma supressão de postos. A gente entende que a Fundação esteja fazendo uma certa modernização, enfim, colocando tecnologia. Mas ainda que seja importante tudo isso, a gente entende que os postos de vigilância, a presença de pessoas no território não pode ser descartada, ela é fundamental e em Ilhabela isso sempre funcionou muito bem, as rondas e tudo mais. Também queremos pedir celeridade no início do projeto Litoral Sustentável, que a gente teve notícia, acho que nas reuniões do GERCO, de que isso estava andando na

Secretaria, entendendo que vai atender os quatro municípios do Litoral Norte com essa análise das áreas de risco, realocação de pessoas, então isso é super importante até vistas as últimas tragédias aqui que a gente teve, todas as consequências disso. E aí, por fim, acho que pedir uma atuação maior da Secretaria em relação aos próprios municípios, porque a gente vê muita, vamos dizer, negligência mesmo em relação ao cumprimento das metas do GERCO, do que estabelece as ocupações máximas no Zoneamento Ecológico Econômico, a observância de Planos de Manejo, então, essa atuação da SEMIL, acho que até a Naiana já falou um pouco no começo da reunião, essa atuação da SEMIL mais próxima dos municípios é super importante. Então é isso, vou também passar a palavra aqui, e daqui a pouco eu mando por e-mail para fazer o protocolo desse ofício, e aí a gente pretende também fazer essa conversa com a Polícia Ambiental e toda a bancada ambientalista aqui para tratar desse assunto. Obrigada.

**00:31:33 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheira. Na sequência, Andrés, nos ouve? O Andrés hoje está com certa dificuldade. Andrés, se estiver ouvindo a gente, pode, pelo menos, se manifestar no chat? Eu vou dar sequência aqui e depois eu volto para você, tá bom, Andrés? Então, na sequência, por favor, o Manara.

**00:32:04 Marcelo Manara:** Bom dia a todos. Primeiro, parabenizar todos, só comentar rapidamente, antes de perder tempo com as parabenizações, mas o café do Conselho de Mudança Climática está bem melhor, viu, Jônatas? Não desmerecendo o seu pão de queijo, mas é imbatível. O de recursos hídricos é o melhor, o de mudança climática, segundo, e o do CONSEMA está em terceiro. Parabenizar a secretária Natália, toda a SEMIL pelo Summit, São Paulo Mais Verde, sensacional. Gostei muito de ouvir o que o Jonatas trouxe da questão das regulamentações e decretos para a bioeconomia. São José dos Campos também está fazendo uma norma municipal muito legal. E parabenizar a presença de São Paulo na COP 30. Trazer um pouco da ANAMMA, do que foi a ANAMMA, está sendo a ANAMMA na COP 30. Mais de 20 representantes, a ANAMMA tomando alguns auditórios lá. Parabenizar o presidente nacional, Marçal Cavalcante, o Marcelo Marcondes, presidente de São Paulo, Mário Mantovani, fundador da ANAMMA, principalmente Andrés Túlio, de Campinas, que está liderando um trabalho sensacional, que chama ANAMMA Mulheres, com várias conversas sobre a participação da mulher nesse cenário de mudanças climáticas, pilotado pela ANAMMA, e a mulherada tomando conta como deve ser. Então ocupamos o auditório central ao lado da questão do Brasil, com grandes debates, e abriu o espaço, que é a função da ANAMMA, abriu espaço para nós, secretários municipais, levarmos um pouco da experiência dos municípios, do que cada município está fazendo. Então, foi muito legal, está sendo muito legal essa participação da ANAMMA lá. Informar a todos do CONSEMA que a ANAMMA está articulando com o Ministério do Meio Ambiente, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, através de uma metodologia de inventário da DIP, que é uma empresa aqui de São José dos Campos, um grande projeto nacional. E aí, Jonatas, secretária Natália, mais para frente, a hora que tivermos isso estruturado, pactuado, gostaríamos de um espaço para apresentar no CONSEMA, porque pretende levar inventário e política pública de adaptação e resiliência a todos os municípios do Brasil. Então, gostaríamos de apresentar no CONSEMA para nós ampliarmos essa capilaridade e esse grande anúncio desse projeto no cenário nacional. Por fim, com grande honra e orgulho que eu trago a informação aqui, que lá no evento da COP 30 estivemos com o prefeito Anderson Farias, de São José dos Campos, o presidente Mário Esper, da ABNT, e que São José dos Campos recebeu a primeira certificação do mundo como município ESG da nova série ISO 37.125. São José dos Campos

é o primeiro e, por enquanto, único município do mundo certificado em ESG, o que muito nos orgulhou. Só mostrar aqui um pouquinho para vocês. Essa foi a certificação recebida lá das mãos do presidente da ABNT. Muito obrigado.

**00:35:17 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Na sequência, então, passo a palavra. Parece que o Andrés ainda está com dificuldade. Andrés, você consegue falar agora? Bom, temos mais pessoas inscritas. Então, enquanto o Andrés tenta resolver o problema técnico, sugiro que dê uma checada se o microfone e a câmera estão habilitadas, porque o Teams agora está com uma funcionalidade nova, e às vezes dá um probleminha. Então, Andrés, se puder dar uma checada, eu agradeço. E se alguém tiver o contato do Andrés para poder me auxiliar aqui, só para saber se ele está nos ouvindo também, agradeço a gentileza. Então passo a palavra agora ao senhor Sanseverino O senhor tem dois minutos.

**00:36:12 Carlos Sanseverino:** Bom dia, secretária Naiana, bom dia, secretário Jônatas, bom dia a todo o conselho. Trazemos aqui a notícia do evento realizado ontem sobre mediação de arbitragens para o eixo da Comissão Permanente do Meio Ambiente, com a aproximação com o Ministério Público Estadual, discutindo sobre o Termo de Ajustamento de Conduta e Termo de Compromisso e Recuperação Ambiental, sempre com o objetivo de evitar o excesso de judicialização. O Brasil hoje tem 214 milhões de brasileiros, mais de 80 milhões de processos. Nesse mesmo sentido, nós aqui apoiamos a iniciativa do conselheiro Crepaldi, para que a gente possa trazer os reflexos da COP para um debate permanente aqui no eixo da Secretaria, não só promovendo reuniões, promovendo debates, para que a gente possa ter. No próximo dia 2 de dezembro receberemos, na OAB aqui de Pinheiros, autoridades, Gilberto Natalini, Walter Lazzarini, Rosa Passos, e outros stakeholders, que irão falar sobre os reflexos da COP para os grandes centros urbanos. Quero já convidar, enviarei ofício ao CONSEMA convidando todos os conselheiros para este debate, seguido de coquetel. Por falar em coquetel, eu estou no CONSEMA, já frequento o CONSEMA desde 2004, e nós tínhamos o hábito de uma reunião de final de ano de confraternização dos conselheiros. Fica aqui a sugestão, a OAB pode contribuir, pode sediar, pode ajudar, como também acho que a gente pode fazer isso na sede do próprio CONSEMA, todo mundo colaborar. Finalmente, queria propor a instauração de uma comissão para tratar a questão do estresse logístico que está acontecendo no Porto. Nós temos um problema hoje sobre carregamento da Imigrantes. Esse tema é o tema da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Portanto, a nossa sugestão, eu vou passar um ofício nesse sentido, e vou solicitar que seja feito um estudo sobre o contrato de concessão Ecorodovias, já que nós temos lá constantemente aos finais de semana, uma situação de stress que tem pego muito as pessoas que descem e sobem para o litoral, trazendo inclusive riscos à segurança. Finalmente, mencionar que nessa questão daquilo que foi dito, essa questão das ocupações irregulares, quero me somar aqui às denúncias da Joana Alves e dizer que nós temos também ocupações irregulares na Serra do Guaraú, aqui no litoral de São Paulo, e tem um crescente crescimento. Nós temos só no Guarujá mais de 100 favelas, em Santos, mais de 80, e se nós não nos organizarmos em relação a este tema, nós vamos ter sempre um avanço sobre a última mancha da Mata Atlântica no Estado de São Paulo. Fica aqui a sugestão para também a criação de um grupo de trabalho. Oportunamente, me manifestarei sobre os temas da pauta. Muito obrigado. Abençoada reunião a todos.

**00:39:11 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Seguimos então. Agora vamos dar aquela última checada no Andrés. O Andrés até baixou a mão, não sei se ele está com dificuldade,

então ainda temos algumas pessoas inscritas. Eu vou voltar aqui para o plenário e depois a gente volta para os colegas que estão online. Andrés, se pudesse manifestar no chat aqui, eu agradeço a gentileza, só para a gente poder dar sequência aqui na reunião. Então, voltando, aqui ao plenário, eu passo a palavra, então, a conselheira Lara, para fazer o uso da palavra.

**00:39:43 Lara Carolina Chacon Costa:** Bom dia a todos e todas. Bom dia, Jônatas, Natália e Cristiano. Já para trazer um spoiler de uma aproximação bem grande e bem importante da Diretoria de Educação Ambiental, que é o Verão no Clima. Esse ano a gente vai fazer essas ações nos 16 municípios paulistas. Começamos no dia 13 de dezembro, ao que tudo indica, faltam algumas confirmações, pelo município de Santos, e vamos dando sequência. A gente vai divulgar em breve o calendário com todas as cidades. Vamos ter ações de esporte com corrida e caminhada, atrações culturais, ações de educação ambiental e a gente vai, são quase todos os sábados. Então é um sábado por município, alguns municípios vão ser na quinta ou sexta-feira por conta da agenda dos municípios. Então estão todos convidados. O pessoal das organizações ambientalistas do litoral também nos procurem, a gente vai ter alguns espaços destinados para ONGs e entidades, e vai ser ótimo ter a participação de todos. Obrigada.

**00:40:38 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheira. Passamos a palavra, então, agora ao conselheiro Nalon.

**00:40:51 Marco Nalon:** Bom dia, secretária, bom dia a todo o conselho. Queria só dar duas notícias rápidas também: uma, que o Jônatas já mencionou, uma colega nossa, pesquisadora Giselda Durigan, ela foi indicada num ranking que sai quase que todos os anos, um compêndio da influência dos pesquisadores no mundo inteiro e ela, pelo quinto ano consecutivo, é indicada como um dos pesquisadores cujos resultados são mais influentes no mundo, tanto na área dela, que é ecologia, como também na área de, agora eles fizeram uma nova avaliação, de a influência da pesquisa científica em políticas públicas, e a gente não está falando só de pesquisa pública aqui de São Paulo, secretário, é uma influência na área em todo o mundo todo. Provavelmente muita coisa que surgiu na COP é fruto da ciência de todos esses pesquisadores do mundo inteiro, e o Brasil tem sido sempre bem representado. A gente tem orgulho de dizer que é uma colega nossa do IPA, que está aqui na casa, que está sendo indicada. Então acho que é um motivo de orgulho para todos nós. E o segundo é um convite para dia 25 próximo, a semana que vem, às 09 horas, aqui na sala do CONSEMA, nós vamos ter mais um produto do Biota Síntese sendo lançado. É um trabalho voltado para ondas de calor. Então deixo o convite aqui a todos os conselheiros. Vai ser transmitido pelo Teams, e a gente vai pedir para passar o endereço eletrônico da reunião para todos, apesar de que, quem perder essa, vai ser apresentado para os conselheiros especificamente, com mais detalhes também em reunião de CONSEMA para o ano que vem. Tá bom? Obrigado.

**00:42:41 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Passo a palavra agora ao coronel Navarro.

**00:42:49 Leandro Navarro:** Bom dia a todos. Secretária Natália, secretário Cristiano, Jônatas, a quem eu cumprimento todos os conselheiros aqui. Parabenizar a secretária Natália pela Summit, que foi um sucesso. Eu participei e pude ir palestrar ali, e vi a qualidade de tudo o que foi falado, e é um grande passo para a gente caminhar para o futuro. Falar rapidamente, aqui nós estamos, o Policiamento Ambiental iniciou, em 1º de novembro, a Operação

Piracema, que visa toda a proteção da fauna ictiológica do nosso estado, principalmente com relação a garantir a segurança alimentar das comunidades que dependem desse recurso para a sua subsistência, as comunidades de pescadores. Então, é com eles que a gente tem um foco de proteger esse recurso. Ela vai até o final de fevereiro, então nós estamos empenhados nisso. Convidar todos os conselheiros aqui, depois a gente vai deixar com a Naiana o convite para o 76.<sup>º</sup> aniversário do Policiamento Ambiental, que vai ser dia 11 de dezembro, agora, às 09 horas, aqui no auditório da CETESB, aqui na SEMIL. Estão todos convidados, depois a gente encaminha formalmente isso. Com relação à COP, nós também temos as Câmeras Operacionais Portáteis, que a partir de janeiro, todo policial, toda a fiscalização que nós realizamos, os policiais vão estar portando as nossas COPs. Então, é um grande passo para a gente dar mais robustez, evidências probatórios para os nossos processos administrativos, transparência, qualidade, eficiência, enfim. E com relação ao que foi mencionado aqui das ocupações irregulares pela conselheira Joana e também pelo conselheiro Sanseverino, nós temos, isso é um problema que nós temos vários locais com esse tipo de problema. Temos operações já consagradas que deram certo. Eu cito aqui a OIDA, no município de São Paulo, GFIs na região metropolitana. O que a gente precisa é de integração, planejamento, informação, conhecimento, porque a gente está lidando muitas vezes com famílias que estão ali, famílias carentes. Então, a gente precisa ter todo um planejamento com relação a isso, sempre com foco em cumprir a lei. Mas, principalmente, são ações que requerem integração. Então é muito importante isso. Só a polícia não resolve o problema. A gente 'starta' os encaminhamentos, mas a gente precisa de uma integração, município, estado, órgãos privados, CREA, enfim, tem toda uma gama de pessoas e profissionais que precisam atuar, precisam estar engajados, e é isso que a gente tem que buscar. Estamos à disposição. Por favor, nos traga essas informações para a gente poder analisar tudo isso e dar o melhor encaminhamento, e começar algumas ações ali com relação a esse sentido. Já temos notícia disso, mas toda informação que chega para nós é importante para a gente poder subsidiar todo esse planejamento e as ações em campo, e até entender as nossas limitações também. Tá bom? Então a gente precisa realmente conversar, tomar disposição, por favor, nos faça chegar essas informações que a gente tem muito interesse. Obrigado.

**00:46:18 Naiana Lanza:** Obrigada, coronel. Passamos, então, novamente ao pessoal que está online. Passo a palavra à doutora Amanda e, na sequência, ver se o Andrés vai conseguir se manifestar ou não. Por favor, doutora Amanda.

**00:46:43 Amanda de Moraes Modotti:** Bom dia a todos e todas. Cumprimento a secretária, o subsecretário Jônatas, Naiana. Gostaria de, primeiramente, falar também sobre a participação da PGE na COP. Nós estivemos lá participando de alguns painéis sobre litigância climática, e trouxemos muitas experiências de outros estados, e a intenção é trabalhar em rede na questão da litigância para evitar o máximo possível, e pensar em ações preventivas, e políticas públicas preventivas, e que toda a advocacia pública possa auxiliar a gestão estadual. E queria parabenizar também a Andrea, da ANAMMA. Estive com ela lá, ela realmente tem inúmeras iniciativas ali e está fazendo um trabalho muito, muito importante com relação a mulheres e clima. Então fica aí meus parabéns para a Andrea. E por fim, muito rapidamente, eu queria anunciar que na semana que vem começa o nosso mutirão de conciliação. Então, de 24 até 28, em parceria com o MP e Tribunal de Justiça, nós faremos 28 audiências que vão abranger 63 autos de infração. Então, conclamo, quem recebeu a cartinha a comparecer nas audiências e resolver a questão da sua responsabilidade civil,

penal, administrativa, numa instância só. Eu acho que é uma iniciativa que confere celeridade, eficiência e dá segurança jurídica também para o infrator resolver a sua pendência administrativa, ambiental, enfim. Esse é um projeto piloto, é a primeira rodada, e o ano que vem com certeza faremos outras rodadas. Então, aqueles que se interessarem também por aderir a essa iniciativa podem entrar em contato com a PGE, a gente também pode inserir numa próxima rodada. Acho que é isso. Muito obrigada.

**00:48:48 Naiana Lanza:** Obrigada, doutora Amanda. Bom pessoal, vamos seguir aqui então na reunião. Andrés, quer tentar uma última vez? Ele já até baixou a mão. Eu vou dar sequência. Então, conselheiro, se ficou alguma questão, alguma pendência, depois eu peço que o senhor encaminhe para a Secretaria Executiva do CONSEMA para que a gente possa dar os encaminhamentos. Então, na sequência, antes de passar a palavra para a presidência, para os comentários, eu gostaria só de lembrar, conforme a gente conversou aqui numa das reuniões passadas, é que de acordo com o Regimento do Conselho, não são permitidos comentários adicionais a palavra da presidência. Então, portanto, após os comentários da secretaria, nós passaremos direto a Ordem do Dia e, caso algum conselheiro ou conselheira tenha alguma questão, a Secretaria Executiva do CONSEMA também está à disposição para dar os encaminhamentos. Então, passo agora à presidência da mesa para fazer os comentários. Obrigada, secretária.

**00:49:55 Jônatas Trindade:** Eu vou começar, então, só para elogiar a iniciativa da prefeitura, Victorino, em relação ao Capcard, muito interessante. Eu quero até conhecer um pouco mais. Você entregou para a secretária, eu quero uma cópia, mas eu pego com ela aqui. Não é nem o cartão, é entender a lógica da política. Acho que a política ela é bem aderente ao que a gente entende que é relevante. Eu acho que tem tudo a ver, parabéns ao município. Em relação ao que foi colocado pelo conselheiro Crepaldi, falar que nós vamos incluir sim na nossa agenda, a gente tem feito isso. A Secretaria Executiva do CONSEMA tem organizado as pautas, tentando o máximo possível incluir aquilo que tem sido sugerido aqui em plenário, ou recebido por e-mail. Então, vamos incluir, sim, a pauta do biogás, o biometano na estratégia do Estado de São Paulo, como é que tem sido trabalhado, a gente traz essa reflexão, secretária, acho que é importante. Em relação à reflexão pós-COP também, vamos fazer sim essa discussão, acho que vale muito a pena, não só nesse fórum, mas outros espaços que a gente possa discutir as políticas públicas de uma forma muito própria. Em relação à questão do desmatamento do Cerrado, não sei se a CETESB gostaria de falar alguma coisa, Mayla, do que tem sido adotado. Assim, essas decisões, até a forma de internalização disso, seja no licenciamento, seja na fiscalização, tem sido sim, sempre balizado, e é a tônica da Secretaria, cumprir os entendimentos jurisprudenciais de uma forma geral.

**00:51:43 Mayla Fukushima:** Na verdade, assim, a gente, com essa decisão, a gente vai agora dar uma olhada nos casos que estão na CETESB para aplicar essa decisão. De qualquer forma, eu peço para o conselheiro, se puder mandar formalmente, se tem alguma referência de área, até para a gente localizar, porque isso ajuda a fiscalização também. Mas a gente está conversando com o jurídico até para entender melhor a decisão.

**00:52:11 Ricardo Crepaldi:** Eu tenho uma denúncia, vai ficar mais fácil. Eu tenho o processo e eu tenho fotos, então facilita. O ponto não é a decisão judicial, que se compre, o ponto são os excessos.

**00:52:24 Mayla Fukushima:** Se você puder mandar para a gente. Sim, mas considerando que estão tendo irregularidades, se eu puder mandar formalmente, tiver a referência, é mais fácil, tá? Obrigada.

**00:52:35 Natália Resende:** Bom dia. É sempre uma felicidade estar aqui com vocês. Agradeço a presença de todos. Estava até aqui comentando com Jônatas, Crepaldi, eu acho que uma coisa interessante da gente fazer, até pela linha de integração dos nossos colegiados, a gente vai fazer isso já, até pedir, acho que além do biometano, da questão do biometano, o biogás, a gente combina com a Marisa, da nossa subsecretaria de energia, que também está lá comigo no nosso Conselho de Política Energética, que a gente reativou da mesma forma que a gente reativou o Conselho de Mudanças Climáticas, o de Política Energética, a gente reativou ano passado, aprovamos o primeiro plano Subnacional de Energia do Brasil, só São Paulo tem, até é importante ressaltar, também em linha com a estratégia climática ainda até 2050, e com as suas várias rotas e tecnologias, olhando a parte meio ambiente, social, infraestrutura, regulação, todas as necessidades, gargalos e o que a gente precisa ver do estratégico que agora a gente está junto com a USP também, a USP nos ajudou, a FIA no plano estratégico, a gente está finalizando o decenal também para passar para o tático, de marcar uma apresentação aqui do plano, porque o biometano é uma das possibilidades. E aí depois a gente já até fez estudos com a Fiesp, por exemplo, que eu sempre gosto de ressaltar a Fiesp, várias associações, que identificou possibilidades, tanto na parte de aterro, parte do resíduos sólidos, quanto do setor sucroenergético, e tem uma grande potencialidade do setor sucroenergético. Hoje a gente está com uma capacidade instalada no Estado já de 345 mil metros cúbicos/dia até o final do ano que vem, a gente deve chegar em 1 milhão. O Estado de São Paulo tem a possibilidade de chegar a 6,4 milhões de metros cúbicos/dia. E aí, o que isso representa? 40% do que a indústria precisa, e isso é bem relevante. Então é dizer que a gente pode abastecer quase metade do estado de São Paulo, a indústria do Estado de São Paulo, com biocombustível. E aí, tanto no sucroenergético, por meio das concessões de gás que a gente está estudando, como é que a gente, regulatoriamente, coloca o gás junto com o biometano, que a gente consegue misturar 100%, diferente, por exemplo, do hidrogênio. E aí um exemplo é presidente Prudente, que no final desse ano a gente já conclui as obras para abastecer 5 mil domicílios, 58 estabelecimentos por meio do biometano vindo da Cocal, do sucroenergético, dentro de uma concessão de gás que regulatoriamente a gente já conseguiu viabilizar. É a primeira cidade do Brasil a ter isso, é bem interessante. E aí a gente está olhando nas outras concessões, como é que a gente consegue cada vez colocar para ter escala. E aí, seja dentro do grid, que a gente fala, da rede, quanto também por meio de veículos pesados, que aí ajudam a descarbonização da nossa frota, que é o principal perfil de emissão do Estado de São Paulo. E aí, no Plano de Energia, a gente consegue ver muito bem isso, que a gente mexe com toda a cadeia, transporte, resíduos, então acho que vai ser bem interessante a gente trazer aqui para mostrar o tanto que a gente tem essa robustez do Estado de São Paulo na parte de energia, que é um dos principais gargalos do mundo. Eu falei no nosso Summit várias vezes, falei lá na COP também. A matriz renovável do Estado de São Paulo está chegando a 59%. A média dos países da OCDE é de 13, a média do Brasil é 50. Então a gente precisa ter orgulho e falar esses números, porque a gente tem muito a avançar, mas a gente já conseguiu também chegar em números muito bons. E aí eu estou falando não de eletricidade, que é muito maior, mas de matriz renovável. Então vamos fazer isso, eu acho que é interessante. A gente chama a Marisa, a Marisa faz uma explicação. Foi um trabalho muito bem feito que a gente fez.

Ontem, até foi aprovado o decenal, então acho que é legal, a gente já consegue trazer tanto o estratégico quanto o decenal. E aí, aproveitando, acho que até depois, Cristiano, você fala do Integra Tietê, porque você comentou uma parte dos aguapés, né? Aí eu vou deixar para você complementar, Cristiano. Eu vou pegar aqui o gancho do que a Joana, obrigada Joana, que você falou aqui da questão das áreas irregulares. Sanseverino também, o nosso comandante Coronel Navarro, para poder dar algumas atualizações e falar de tudo o que a gente tem feito. E aí, numa conjunção de esforços, que tem que ser, principalmente com os municípios em relação a não só ao ponto invasões, vou colocar dessa forma, mas também que a gente tem tentado avançar muito na universalização do saneamento, porque tem muito a ver com essa discussão que a gente está tendo aqui, essa discussão que foi trazida e a gente tem conversado muito também, não sei se a doutora Tatiana está aqui presente. A gente tem conversado muito com o Ministério Público, com o nosso policiamento ambiental, com os municípios, porque qual é o gargalo que a gente tem? Aí, se você quiser me complementar, por favor, porque a gente tem se debruçado muito, mais muito nessas áreas para, junto com os municípios, ver o que é consolidado, o que não é consolidado, o que é a área de risco, o que a gente precisa congelar, o que é consolidado que já tem água, mas não tem esgoto. Isso a gente tem olhado em cada região, porque muitas vezes o que a gente percebe hoje em dia? Que a gente tem um contrato da Sabesp, que hoje contempla a possibilidade de chegar em área rural, que antes a gente não tinha, de chegar em era irregular, consolidada, que antes não tinha, só que muitas vezes tem receios do próprio município, às vezes de saber ou não o que é consolidado, o que não é. Muitas vezes é consolidado, já tem água, só que eu preciso da autorização do município para poder fazer a coleta e tratamento do esgoto, porque está caindo no manancial. E aí eu preciso dessa integração, eu preciso entrar na área. Muitas vezes eu tenho, muitas vezes eu não tenho. Alguns municípios eu tenho, outros eu não tenho. Então, esse é um desafio para a universalização, porque hoje o Estado de São Paulo fez todo um arcabouço para a gente ter a possibilidade de, de fato, levar água, coleta e tratamento de esgoto. Hoje a gente tem toda essa possibilidade, mas a gente vai falando daqui a pouco, no terceiro ponto de pauta de área rural. A gente está fazendo o censo rural aqui no Estado. No Brasil não tem lugar que está fazendo um censo rural, que está se preocupando com isso. A gente está e, além do rural, tem o irregular. E aí o irregular tem uma série de questões que a gente tem chamado nos nossos comitês da URAE, cada vez mais os municípios a participar, porque existem competências constitucionais que a gente precisa necessariamente de determinadas autorizações, autorização para poder fazer a prestação, levar rede ou fazer determinados sistemas, que a gente consegue fazer também, trazendo as defesas civis quando é área de risco. Quando é área de risco tem uma realocação muitas vezes, aí tem que ter a preocupação que o comandante falou, preocupação com as pessoas, de fazer um programa. E aí a gente está fazendo isso tudo junto com a nossa Secretaria de Habitação também. Então, tem várias áreas no estado que a Secretaria de Habitação já está vendendo locais, como é que ajuda os municípios, porque muitas vezes a gente sabe que os municípios não têm todas as condições. Santos, por exemplo, o pessoal está lá com a prefeitura olhando as palafitas,. A gente tem um desafio grande em relação a isso que eu estou falando, sobretudo na região metropolitana de São Paulo e na Baixada Santista. Tem outros lugares também, mas assim, falando a grosso modo. E aí a gente tem esse mapeamento, tem trazido cada vez mais todos os atores, conversado muito também. Aqui eu vou agradecer em nome da doutora Tatiana, que sempre nos ajuda muito a pensar parceria, entender, a ver com quem que a gente precisa conversar, como é que a gente consegue avançar integrado, porque esse é o grande gargalo da universalização no Brasil, eu diria, e o Estado de São Paulo está

enfrentando e já começou a enfrentar desde 23, quando a gente se propôs a colocar dentro de um contrato mais estruturado essas áreas, respeitando as autorizações dos municípios, é por isso que a participação dos municípios também é muito, muito importante. Então, assim, só para, grosso modo, trazer um pouco aqui, Joana, do que você, e Ilhabela, está dentro dessa discussão, e para a gente é muito bom saber exatamente dos bairros, porque a gente está nesse nível, sabe? De olhar os bairros, de tentar entender o que é consolidado, o que não é, o que é risco, o que é consolidado, mas eu preciso congelar em volta. O que, por exemplo, já tem água, e o esgoto, está indo para onde? Então eu preciso levar o esgoto, eu preciso fazer uma realocação. Então a gente está analisando isso tudo, quanto mais informação a gente tiver, melhor para a gente. A gente está ali em campo mesmo, e a hora é agora, porque os contratos estão todos postos, tem o recurso para a gente chegar com água e esgoto, mas a gente precisa fazer essa integração que a gente está aqui pelo estado de São Paulo, vocês podem ter certeza que a gente está dando o nosso máximo. É prioridade 100%, e isso envolve tudo aqui, Joana, o que você falou da questão do policiamento ambiental, a Fundação Florestal está junto também. No litoral sustentável, só para te dar uma atualização, está lá no BID, tá? Então, tem todos os trâmites dentro do BID, quando a gente faz esse tipo de financiamento, mas da nossa parte, a gente tem prestado, já prestou todas as informações que eles pediram, e aí a gente sabe da importância da questão do GERCO também, sobre tudo ali para o ano que vem, e a gente está, aí o nosso pessoal aqui de planejamento, de mudanças climáticas também, bem engajado para fazer esse olhar conjunto que eu comentei. Então é importante a gente olhar o planejamento e olhar essas ações integradas que a gente já vem fazendo. Bom, o Manara, só dar parabéns também para a premiação de São José dos Campos, Manara, e todo o trabalho também junto a ANAMMA. A gente, dos nossos colegiados, a gente faz a competitividade dos lanchinhos, né, Naiana? A gente está querendo melhorar em cada qual, então a gente agradece também as observações. O Sanseverino falou dessa questão do irregular. A gente, na Baixada, está vendo muito isso em todos os nove municípios, seja Santos, talvez, principalmente Guarujá, São Vicente. Tem muitos desafios ali, mas nessa lógica compartilhada que eu comentei. A da Ecorodovias, a gente, claro está, à disposição. Nós, da Secretaria de Parcerias e Investimentos, já está em estudo, tá? Então já tem estudo dentro do próprio contrato da Eco ali para a questão da terceira pista do Sistema Anchieta - Imigrantes. E, claro, a gente tem sempre feito isso com muita responsabilidade ambiental. E aí, com todos os passos que a CETESB tem colocado e vai nos colocar ao longo do licenciamento, porque é uma área muito sensível, a gente precisa ter uma preocupação muito grande em relação a isso, principalmente pensando nos deslocamentos, e aí seja veículos leves, pesados, suas inclinações e toda a questão de engenharia com essa parte ambiental que a gente tem tido um cuidado muito grande. A Lara falou aqui do Verão no Clima, a gente reforça o convite. Conseguimos chegar ali nos 16, e aí convido mesmo, gente, ano passado eu mesma fui, fiquei feliz com o engajamento, e triste também de ter que ficar pegando tanta bituca de cigarro, nossa, plástico. E é legal todo mundo participar para ver, para participar dos mutirões, de retirada de resíduo e ver o tanto que pequenas ações fazem diferença. Então fica o convite e deixar os nossos parabéns aqui a Giselda e Nalon, em seu nome, a todos os nossos pesquisadores, ao IPA, particularmente eu tenho muito orgulho de vocês. Leva os nossos parabéns para a Giselda, eu quero ir lá para conversar com ela também, aprender um pouquinho, isso aí para a gente, eu já fui lá algumas vezes. Mas vamos lá para a gente conversar também, para cada vez mais as pessoas ouvirem o tanto que é importante a gente ter a pesquisa integrada com uma política pública, como a gente vem fazendo aqui. E eu só tenho a agradecer a vocês. Então, leva também nossos cumprimentos a Giselda, a gente fica

muito feliz com isso. Bom, não sei se eu consegui cobrir todos os pontos. Cristiano, você quer falar um pouquinho só da parte do Crepaldi?

**01:06:33 Cristiano Kenji:** Obrigado, secretária. Bom dia a todos os conselheiros. Bom, com relação à questão dos aguapés, que foi colocado ali em Barra Bonita, de fato nós estamos olhando para isso, assim como nós estamos olhando para todo o Tietê, os seus 1136 quilômetros. Desde 2023 a gente tem o programa Integra Tietê sob a coordenação da secretaria, com diversas ações estruturadas. Então, sim, desde o controle de cheias, passando pela questão de saúde, saneamento, que a secretaria colocou as ações voltadas à universalização a partir de logística e transporte, principalmente ali, olhando a hidrovia, tem o rebaixamento da calha bem em Avanhandava. E essa questão também da garantia da navegabilidade ali em Barra Bonita, por conta do crescimento de macrófitas. Então tem uma ação junto com a concessionária, com o acompanhamento CETESB também, com relação ao monitoramento e o manejo das macrófitas, para não interromper o canal. E a Subsecretaria de Logística e Transporte também está trabalhando com a demarcação e a colocação de barreiras para, principalmente ali na saída da clausa, olhando também essa questão turística que tem ali aquela vocação daquela região. E importante colocar que assim, tem uma governança desse programa por meio do FIAR, o Fórum de Integração das Ações de Recuperação do Rio Tietê, que engloba todos os Comitês de Bacia, inclusive nós temos dois representantes do Comitê Tietê Jacaré, que participam das reuniões aqui bimestrais, onde são discutidas todas as ações feitas, as atualizações relativas ao programa. Então, acho que é importante colocar, dependendo da agenda aqui, a gente trazer, em uma oportunidade aqui, um status do programa para apresentar de forma mais detalhada todas as ações. Obrigado.

**01:08:30 Natália Resende:** Obrigada, Cristiano. Aqui, só para finalizar, Naiana, e a gente já entra na pauta. Acho que você já falou da carta de compromissos que a gente fez depois do nosso Summit, e aí a gente tentou até fazer já esse exercício. Então, o que o Estado de São Paulo vem fazendo, nossa estratégia climática, nossos planos, nossas políticas públicas? O que isso tem em consonância, cada qual, olha, a gente faz seis linhas estruturantes, e aí a gente foi colocando os eixos da COP, e os eixos do Summit e os eixos do nosso plano de meio ambiente, tudo bem concatenado. E, além dos compromissos, que eu acho importante a gente ressaltar e levar isso também a frente, as ações, então todas as ações que a gente já vem fazendo, as iniciativas, para a gente enxergar muito essa pauta de agenda climática na prática. Tem que falar, tem que discutir, tem que debater e tem que fazer. Então, acho que esse foi muito o mote que a gente colocou nessa nossa carta de compromissos que a gente levou para a COP também. A gente apresentou lá na segunda passada, está no nosso site, então eu convidou todos a conhecer, a entrar lá. A gente fez aqui com muito esmero, com muito cuidado, olhando tudo que a gente vem fazendo desde 23 e com iniciativas concretas que a gente fez questão de colocar exemplos lá para poder trazer também essa discussão para as pessoas, para engajar as pessoas, para a sociedade também participar. Então fica o convite aqui, está lá no nosso site, tanto da Secretaria quanto da agenda SP Mais Verde. É isso, obrigada, Naiana. Acho que a Fernanda levantou a mão ali, não foi?

**01:10:09 Naiana Lanza:** Levantou a mão. Fernanda, nós iremos entrar direto aqui na pauta por uma questão regimental, que não são permitidas falas a secretaria. Se puder encaminhar para a gente depois as suas questões, ou registrar aqui no chat, depois eu falo, pode ser, Fernanda. Só para a gente dar sequência aqui na reunião, não sei se você tinha pegado a minha fala inicial.

**01:10:31 Fernanda Carbonelli:** Pode ser, pode ser sim. Se não, a gente tenta falar no final. É a respeito daquele ofício, desde 4 de julho...]

**01:10:42 Naiana Lanza:** Fernanda, desculpa eu te interromper. Eu dei um informe sobre esse ponto logo no início da reunião. Depois, se quiser, a gente fala sobre esse assunto, que é justamente trazendo a devolutiva. Então, seguimos aqui para dar continuidade a nossa Ordem do Dia. Como primeiro ponto de pauta, temos a apreciação da informação técnica da CETESB número 003, de 2025, EQQM, sobre a classificação da qualidade do ar, conforme Decreto Estadual 59113, de 2013, que trata dos padrões de qualidade do ar. Enquanto ela se organiza, para aqueles que nos acompanham presencialmente também pela internet, eu gostaria só de relembrar que esses documentos que serão apreciados aqui hoje, eles estão disponíveis na página do CONSEMA. Então, procurando lá convocatória, dá para ter acesso à íntegra dessa informação técnica da CETESB, e também em relação ao relatório que será apresentado no próximo ponto de pauta. Então, eu convido a senhora Maria Lúcia Guardani, gerente da Divisão de Qualidade do Ar da CETESB para fazer o uso da palavra. Maria Lúcia, seja bem-vinda ao Plenário do CONSEMA.

**01:11:56 Maria Lúcia Guardani:** Bom dia, secretária. Bom dia a todos. Um ótimo dia. Bom, nós vamos apresentar hoje a classificação dos municípios que tem a ver com o Decreto Estadual 59.113, de 2013. O que vem a ser? O Decreto Estadual, desde 2013, estabeleceu novos padrões de qualidade, pioneiro na época, e depois o Plano de Emergência para episódios críticos, o que fazer quando a gente tem altas concentrações e, principalmente, regras para a gestão da qualidade do ar. E o que contempla essas regras? A classificação dos municípios que hoje nós vamos apresentar, ou seja, como que vai o município, como que essa qualidade do ar influí sobre essa classificação. E planos de controle de fontes, claro que seriam os planos para melhoria da qualidade do ar. O que seriam esses padrões? Esse tabelão mostra para a gente os padrões de qualidade do ar e demonstra, quando a gente olha nessa linha, nós temos os níveis de poluição, os níveis do Decreto que diz sobre a classificação, ou o nível de poluentes que nós temos em determinado nível. Os poluentes são classificados pelo tipo de poluente. Então nós temos poluentes na atmosfera, material particulado, que a gente simboliza aqui como MP, material particulado, e ele vai trazendo para cada poluente, seja o MP10, que seria partículas de até dez micro de diâmetro, 2,5, que também é um particulado mais fino, inalável fino, o ozônio, os óxido de nitrogênio e de enxofre, e depois o monóxido de carbono. São seis poluentes que estão nessa tabela, e para cada nível nós vamos ter concentração do poluente. Esse poluente que afeta a nossa saúde, segundo a OMS, são os padrões internacionais. Para o padrão de 24 horas, a concentração para o nível I seria 120. Para um padrão anual, quer dizer, essa média anual que a gente traz o poluente seria 40. O destaque em vermelho é a nossa régua, é o nosso padrão administrativo. Se nós tivermos nessa faixa, nós estamos dentro do padrão aceitável. Se tiver acima, nós temos fora do padrão. E aí vamos ver como esse tabelão inteiro vai influenciar a nossa classificação. Como a gente faz essa medição? Nós temos redes de monitoramento. Esses dados que vocês viram, essas concentrações, essa parte física, ela é emitida, é um dado físico que você vai trazendo para informação. Para isso nós temos uma rede manual, essa rede manual existe já desde a década de 70. São equipamentos que você manuseia de alguma forma. Que manuseio é esse? Você vai instalar um filtro, essa amostragem vai ser feita automática também. No dia seguinte você traz o filtro para o laboratório, para constatar quanto foi a concentração dessas 24 horas que ficou amostrada. Essa é uma rede manual,

então ela engloba tanto os poluentes regulamentados como outros estudos, como um laboratório de orgânicos voláteis que, embora não esteja na lei, a gente também faz o monitoramento. E a rede automática. A rede automática é distribuída no Estado, em 62 estações. Ela traz informações em tempo real. O que significa isso? Que sem manuseio uma amostra que é analisada num equipamento vem até o site da CETESB, aí no celular de cada um, como está a qualidade do ar sem nenhum manuseio humano. É um dado transparente e que traz informações de como está a qualidade do ar. E todas essas informações chegam aqui na nossa central, aqui na sede, e daqui vai para a população em geral, para no caso da cidade de São Paulo, relógios de rua, e a população tem acesso de qualidade do ar para você poder ter noção do que fazer para melhorar sua saúde, são informações importantes. E todas elas é que vão trazer para nós ferramentas para classificar o município. De que forma? O Decreto Estadual, desde aquela época e até hoje, ele faz o quê? Ele classifica as sub-regiões a cada três anos. A cada três anos a gente vem aqui e apresenta esse cenário para o conselho, para validar essas informações. São dados físicos que foram monitorados durante três anos. Hoje nós vamos falar do ano de 2024, 23 e 22. Como que foi a qualidade do ar para a gente ter essa classificação para o Estado de São Paulo? E aí, quais são esses municípios? Como é que esse esquema funciona? Aqui nós vamos imaginar que seria toda a área de um município, um município que tem seu monitoramento de qualidade do ar, seja automático ou manual. Esse dado vai ser analisado. E quais são esses poluentes? Seria o material particulado MP10 2,5, que são as partículas inaláveis, que fazem muito mal à saúde, os óxidos de nitrogênio e o dióxido de enxofre. Essas estações estão distribuídas no Estado, na região metropolitana, mais ou menos 50% na região Metropolitana. Agora tem algumas estações, por exemplo, que eu estou apontando ali, que são estações de micro escala, o que seria isso? Estações que estão muito perto da via. Então, por exemplo, eu vou dar o exemplo aqui de Congonhas: Nós temos uma estação ali que fica mais ou menos próxima do aeroporto, mas ela fica a três metros da via. A gente chama essa estação de micro escala. Por que ela está ali? Porque a gente, com uma estação de micro escala, a gente consegue determinar como estão as fontes, por exemplo, as fontes veiculares. Então, passando do ano, como é que ficou a concentração nessa estação? E eu tenho a dizer para vocês o seguinte: já foi uma estação que trazia uma concentração muito alta das emissões veiculares. Para isso são ajustados os programas, PROCONVE. E hoje, com a mudança do perfil desse local, que colocou no Rodoanel todos os caminhões, nós tivemos um ganho razoável nessa estação. Então, são estações que servem para balizar alguns estudos especiais, mas não representam uma área mais ampla, onde todo mundo está morando e está respirando. Por isso, o decreto diz que não é considerado nesse município as estações de micro escala. Nem são tantas, mas são específicas. E a classificação é dada para esses poluentes, material particulado, dióxido de enxofre e dióxido de nitrogênio, dentro de uma área restrita. A área que está sendo feito o monitoramento. E aí, como é que a gente vai fazer isso? Esse slide traz para nós o que diz o decreto. Todos esses itens estão no decreto. Então vai dizer quais são esses poluentes, que eu já enfatizei, as partículas inaláveis, os óxidos de nitrogênio e o ozônio. E vai trazer também como que a gente vai classificar esses municípios. Quando eu apontei o nosso tabelão, e eu falei que tinha uma linha que dizia que, dependendo da concentração, nós vamos ter níveis onde a gente vai enquadrar esse município, se ele está acima do padrão, quer dizer, fora da regra ou não, né? Então vamos seguir. Eu também mostrei muito rápido, acho que ninguém nem percebeu. Mas assim, nós temos um padrão de curto prazo e de longo prazo. Porque nós vamos ter que usar esses resultados para saber, por exemplo, como foi a média anual naquele lugar. Qual é essa média anual? Você vai pegar todos os dados monitorados de hora em hora e vai fazer um tabelão e vai chegar a conclusão

quanto foi a média aritmética da concentração desse poluente o ano inteiro, e vai pegar esses três anos, e vai fazer a média desses três anos. Isso se chama longo prazo. E depois vai comparar isso aos níveis que nós vimos na tabela. Se é maior que M1, se a M1, M2, e aí vai até chegar no padrão final para enquadrar os nossos municípios. E curto prazo? Curto prazo é aquele ar que nós estamos respirando aqui. Então, quando a gente for olhar no celular, como está a qualidade do ar agora, nós estamos vendo o padrão de curto prazo, como ele afeta a nossa saúde, qual é a resposta imediata que ele dá. E aí a regra é um pouco diferente quando é a curto prazo. Nós vamos pegar os valores, o maior, os maiores valores naquele local, vamos cortar os três maiores valores e vamos usar a quarta máxima. Vamos ver como é isso. Aí eu resolvi trazer um exemplo prático. Escolhi a cidade de Limeira, que ficou mais fácil da gente ver, e aí a gente colocou 2024, que deu 39; 2023, que deu 34; e 22, que deu 35. Esses valores, média anual. Então cada ano a gente plutou como foi a qualidade do ar para o material particulado, para esse exemplo, no município de Limeira. Se eu vou no próximo slide, se eu venho aqui, eu vi que a média deu 36. O que significa esse 36? Quando a gente olha aqui, a gente vai plotar em relação a que nível está o 36, 36 maior que 35. Então ele está maior que M2. Qual vai ser o nível de Limeira? É M1. Se a gente voltar, a gente vai ver que ele foi classificado como M1 para material particulado de longo prazo desse município. Bom, isso não é suficiente. O decreto fala que a gente também tem que plotar em relação ao padrão de curto prazo. Mesma coisa. Pegamos o tabelão, vimos qual é a ação, as maiores concentrações do padrão de curto prazo, tiramos os três maiores valores, pegamos a quarta máxima, e aí deu que ele tá com 95. 95, curto prazo, 100. Se ele é 100, o nível está abaixo de 100, a gente chega a conclusão que ele é M2. No nosso tabelão, ele dá M2. Então nós temos, para a classificação de longo prazo M1, curto prazo M2. Como que a gente decide? O decreto diz: a pior situação. Então o município de Limeira, na nova classificação, vai ser como M1. Ele está acima do padrão, ele está nessa linha de corte. Isso para o material particulado. E como fica isso no estado de São Paulo? Fica dessa forma. Todos esses pontos são estações medidoras. Todos esses municípios foram classificados de acordo com esse cálculo que a gente expôs. E aqui na nossa tabela a gente vai ver que ele está em M3, ou seja, alguns municípios já estão próximo do melhor nível, vamos dizer, do padrão final, e outros estão numa situação que já está mais, vamos dizer assim, que não é nem muita novidade, já que nós temos a situação quando ele é maior que M1, a região industrial, no caso Cubatão, Vila Parisi, ou mesmo a área da cerâmica, na região ali de Santa Gertrudes, Rio Claro. Mas enfim, a gente tem um espectro de divisão no estado que mostra como está a qualidade do ar, em que nível estão os municípios. Bom, aí nós temos o ozônio, que é outro poluente bastante importante também causa muito dano à saúde, a parte respiratória, e é diferente de como a gente faz a classificação, porque ao invés de ser só no município que faz a medição, a regra diz que o ozônio se estende a um raio de 30 quilômetros. E como assim ele vai se estender ao raio de 30 quilômetros? Porque o oxônio é um poluente que se forma na atmosfera, então ele precisa de óxido de nitrogênio, de orgânicos voláteis e luz. Ele se forma numa reação fotoquímica e a abrangência pode chegar a 30 quilômetros. Por quê? Porque ele vai reagindo e vai se estabelecendo na atmosfera durante uma área até 30 quilômetros. Então vamos ver como que a gente faz essa classificação. Quando a gente olha o mapa, o nosso mapa antes, que era mais pontual, hoje a gente vê uma coloração muito maior. Essa é a classificação para ozônio no Estado. Se a gente olha aqui a região macro, onde a gente tem maior concentração de veículos, principalmente Grande São Paulo, Grande Campinas, a gente vê uma mancha um pouco maior, ou seja, uma concentração maior de ozônio. E é previsível porque, embora ele não seja emitido diretamente, principalmente por escapamento de carro ou por uma chaminé, ele tem poluentes que estão na atmosfera, que

propiciam ozônio, principalmente os orgânicos voláteis. Então a gente sabe que isso é uma preocupação grande para a qualidade do ar. E os outros poluentes? Os outros poluentes nós estamos vendo realmente que é mais pontual. No caso aqui, a gente vê que ele está praticamente só nessa região aqui de Cubatão, no caso, porque é dióxido de enxofre. E no caso do dióxido de enxofre, como o enxofre vem de combustível fóssil, ele aparece mais na área industrial. Então a gente vê que ele é mais preocupante justamente na área industrial. No caso do dióxido de nitrogênio, do NO<sub>2</sub>, ele praticamente não tem nenhum problema no estado, também ali, mais na região de Cubatão, mas se não está mais ou menos no controlado. Ele é importante porque o NO<sub>2</sub> participa também do ciclo fotoquímico. É bom a gente lembrar. Eu quero agradecer. Se alguém tem alguma dúvida, a gente está à disposição. Só lembrando que essa aprovação precisa passar por vocês. Muito obrigada.

**01:29:22 Naiana Lanza:** Lucia, muito obrigada pela apresentação, super didática, agradeço demais, foi bastante esclarecedora. Passamos então agora aos comentários dos conselheiros. Primeiramente aqui vamos organizar o pessoal que está no plenário presencial e posteriormente o pessoal que está online. Aqueles que estão online, se já quiserem ir levantando a mão, a gente já vai se organizando. Aqui no plenário, alguém gostaria de fazer alguma pergunta, algum comentário? Então vamos lá. Leduc. Aqui no plenário, só o Leduc. Ok, online temos o Manara. Leduc, por favor, pode iniciar as perguntas.

**01:30:01 Eduardo Leduc:** Parabéns pela apresentação, muito didática e de muita credibilidade também a forma como a senhora apresentou. Minha pergunta é: a gente fala muito em substituição por fontes renováveis pela redução de poluição. A gente sabe que etanol, biodiesel reduz 80% das emissões e se for, então, baterias hidrelétricas mais ainda. Mas a gente fala muito de CO<sub>2</sub> equivalente e outras coisas. Neste caso, as fontes alternativas, seja etanol, biodiesel, elas também reduzem o ozônio? Que eu sei que ela reduz o CO<sub>2</sub>, elas reduzem o nitroso, mas reduz também o ozônio?

**01:30:48 Maria Lúcia Guardani:** A redução do ozônio é bem mais complexa, porque nós temos uma reação que vai com os óxidos de nitrogênio, NO<sub>2</sub>, e os orgânicos voláteis, que são aqui, na região metropolitana, basicamente fontes veiculares, podemos dizer. Porque imagina que um tanque de carro vai ser abastecido, nosso carro individualmente. Quando a gente chega no posto, a hora que o combustível entra no tanque, todo aquele vapor vai para atmosfera. Em um carro, dois, tudo bem, mas uma frota de mais de 10 milhões é razoavelmente o nível de óxidos de orgânicos voláteis que se tem na atmosfera. E quando temos condições de reação, no caso primavera, essa época do verão, o verão ainda é melhor porque chove depois do almoço e essa reação acaba, muitas vezes. Mas assim, é uma situação bastante complicada no mundo inteiro. Reduzir o ozônio é um desafio muito grande, porque às vezes você pode mexer, a gente que estuda bastante, nos óxidos de nitrogênio, mas a reação tende para o outro lado, então, é um rearranjo importantíssimo de se mexer com a parte de emissões de orgânicos voláteis, que é muito grande, gigantesca.

**01:32:23 Eduardo Leduc:** Mas os biocombustíveis ajudam nisso?

**01:32:27 Maria Lúcia Guardani:** Eu acho que é que nem, por exemplo, a gente tem metanol, a gente tem alguns combustíveis que ajudam, lógico, ajuda, mas a gente não tem uma equação para ponderar hoje o que fazer, o que nós temos que agir imediatamente para diminuir a concentração de ozônio. Lembrando que as nossas concentrações, os nossos

episódios, diferente do hemisfério norte, eles começam em dias de sol, temperatura, e os voláteis, vamos dizer, a nossa carga é igual todo dia. Todo mundo passa pelos mesmos perrengues de trânsito todo dia. Então, o que está mudando é a meteorologia, que ela é determinante para a qualidade do ar. Então é assim, é uma matriz difícil de se mexer, e no hemisfério norte, por exemplo, às vezes essas concentrações, era isso que eu me perdi, elas começam e ficam vários dias, essas concentrações, permanecendo na atmosfera. Aqui na nossa região, ela começa 11 horas, depois, vai até o final da tarde e, depois, só aparece no dia seguinte. Então não é uma constante, nem é tão assim, predominantemente, todos os dias como em outros lugares.

**01:33:54 Naiana Lanza:** Obrigada. Na sequência, então eu vou passar aqui para o plenário. Manara,, o Crepaldi se inscreveu depois, então eu vou passar para ele, e depois eu passo para você, tá bom? Crepaldi, por favor.

**01:34:05 Ricardo Crepaldi:** Obrigado. Lúcia, eu assisti sua palestra. Você apresentou para a gente lá no Conselho de Mudança Climática da cidade de São Paulo, algumas semanas atrás, e acho que o ponto, eu até fiz uma pergunta lá, eu acho que não foi bem colocada por causa que estávamos numa questão municipal, mas o que me preocupa, falando como estado, na nossa abrangência, e na nossa preocupação, é que o que a gente tem na região metropolitana de São Paulo, a gente tem sistema de alerta, sistemas muito bem colocados. A gente tem os relógios de rua, com os acordos com a prefeitura. Isso facilita muito a gestão, ou seja, a gente chegar com o ponto direto para a população, a população se prepara sobre isso. A população se preparar, porque está no site da CETESB? Está. Tem os dados lá? Tem. Mais disso, até chegar na comunidade, na população, na sociedade, tem uma grande diferença. Então a gente está falando, eu falo agora sobre o interior. Até lá, eu questionei: será que novas estações de tratamento, novas estações de coleta, da questão atmosférica, estariam sendo colocadas no interior, mais estações? Que você colocou que isso é estudo da CETESB, leva muito tempo para até saber se é uma estação fixa, móvel, o que pode ser feito. Mas existe uma mudança, com essa questão climática, com as mudanças climáticas, que isso está afetando cada vez mais rápido a população, cada vez mais rápido. E a minha pergunta é: temos algum programa para aumentar essa discussão, ou seja, o acesso dessa informação, com informação confiável, dentro do estado como um todo, regiões administrativas, grandes cidades, principalmente as grandes cidades, pelo menos as com mais de 100 mil habitantes, para que tenham essa condição da população ter essa informação, e depois, não vou dizer obrigar as prefeituras, mas fazerem acordos para que essas informações cheguem. É claro que o mais fácil é o relógio de rua, mas existem outras formas. Essa questão para a população se precaver. Aqui a gente consegue olhar, e “olha, a condição não está boa. Vou levar uma máscara”, ou a questão, o ozônio está alto, então “tenho que me proteger, passar mais protetor”. Essas questões que estão no cerne da população em si. Eu acho que esse é um ponto. E aí, dentro dessa fala, um ponto aí, talvez até para CETESB, Mayla, sei que está aqui. Eu já trabalhei em uma indústria multinacional e eu tive que, numa instalação em uma indústria, a gente teve que ter uma contrapartida, uma estação meteorológica para a Fepam, lá no Rio Grande Sul, e a gente importou uma estação, colocou, fez a doação para a Fepam, e a Fepam começou o monitoramento. Eu desconheço isso no Estado de São Paulo, esse tipo de atitude. Eu coloco um problema desse, por exemplo, com que ajudaria, o custo numa estação fixa era muito alto, mas são milhões, dependendo do tipo de estação. E o que acontece, por exemplo? Nós temos uma inversão de, o governador até foi lá em Lençóis Paulista, de milhões de reais, uma indústria de

celulose, onde vai a poluição atmosférica dessa indústria de celulose? Ela tem uma chaminé de 150 metros. Ela cai em Bauru, 45 quilômetros depois, boa parte do ano. Basicamente, com níveis de sulfeto, NOX, N coisas, e a gente não tem essa condição, porque às vezes você precisa, uma indústria está num ponto e você precisa coletar quando essa pluma desce e afeta a população. Então esse é um ponto de que talvez, dentro do licenciamento ambiental, haja contrapartidas desse nível de poluição atmosférica, como é feito em outros estados. Eu acho que uma indústria que está investindo 1 bilhão de reais, comprar uma estação de 10 milhões não é nada, uma questão ambiental e depois doar para o Estado, e o Estado trabalhar com isso através da CETESB, através de um órgão. Lúcia, parabéns pela apresentação, novamente. Além daquele dia, hoje de novo, é muito importante. Eu sou um técnico especialista da área, eu trabalho nisso. Tenho um livro sobre isso, sobre poluição atmosférica. Obrigado.

**01:38:48 Naiana Lanza:** Manara, a Lúcia vai fazer o comentário por pergunta. Você quer pegar o gancho já? Lúcia, o Manara vai aproveitar o gancho. Então, por favor, Manara.

**01:39:01 Marcelo Manara:** É porque o Crepaldi foi exatamente na linha que eu ia trazer, então eu já falo de uma vez só e a Lúcia já atende a todos. Parabenizar a Lúcia. Eu atuo nessa pauta desde a revisão da 0390, lá no GT, pelo CONAMA. A CETESB é uma referência para a América Latina, mas é nessa linha, 62 estações. Nós temos hoje, oficialmente, nove regiões metropolitanas no estado, mais no aglomerado urbano, que é Franca. Então, na linha dessa área de cobertura, a suficiência da área de cobertura, por exemplo, São José dos Campos, nós temos uma refinaria e, salvo engano, são três estações aqui, o que é insuficiente para que a gente tenha uma compreensão em cima da pluma desses poluentes e tudo o mais, como que é o comportamento da qualidade do ar nas diferentes regiões do município, quanto mais na região metropolitana. Então, a primeira indagação é sobre a suficiência das 62 estações e também, em razão territorial da região metropolitana, e também trazendo qual é a previsão dos investimentos. Se é previsto, tem recurso, se a meta da CETESB é ter quantas no Estado. E só para concluir, é muito boa essa fala do Crepaldi, que fala da questão comportamental. Eu estive em Medellín, Medellín, eles trocam conversas no ônibus da cidade, um mostrando o celular para o outro, como é que está a questão da qualidade do ar e tal. Virou um assunto de cotovelo de balcão de boteco. Então, o quanto nós estamos distantes de oferecer, assim como já temos uma eficiência muito boa da Defesa Civil para o caso de alertas de tempestades e tal, como isso pode trazer qualidade do ar, uma vez que é saúde pública?

**01:41:04 Naiana Lanza:** Obrigada, Manara. Lúcia, por favor.

**01:41:06 Maria Lúcia Guardani:** Bom, acho que a dúvida maior é da rede. Só para ficar muito claro, a gente instalar uma estação, ela passa por um estudo grande. A gente segue regras internacionais de como instalar uma estação, em que ponto ela tem uma abrangência capaz de trazer informações de saúde para a população. E hoje a gente tem uma rede robusta, claro, é a rede pública, 100% do Estado de São Paulo, do Brasil, eu posso dizer, e tem, graças ao recursos humanos, graças a toda equipe própria e graças também à modernização dos equipamentos é que garante esse perfil da CETESB, é o que garante essa rede, é a qualidade do dado que tem. Hoje, quando a população, e ela vai também no celular, todos vocês aqui, é só instalar o aplicativo da CETESB, que vai ver a praia e olhe aí, nós estamos na estação verão, vai olhar a qualidade da praia, vai olhar a qualidade do ar também.

É importantíssimo isso, por quê? Porque é educação ambiental. A qualidade do ar, quando que a qualidade do ar está boa? Eu olho para o céu, tem um céu azul e como que tem poluente? Ninguém enxerga o poluente. Quando a gente mede, a gente faz o invisível aparecer. Então é essa a partícula finíssima que a gente respira, que é quase um gás, partícula 2,5, ela faz com que você não vai enxergar essa poluição. Então, é importantíssimo essa educação ambiental. Eu concordo com você. A divulgação, ela é fundamental para a população entender o que fazer. Então, se a gente vem trabalhar de carro, porque essa é a opção, mas muitas vezes, até no final de semana, a gente pega o carro para ir na padaria e não precisa, né? Então esse é o paradigma: como educar, como fazer a nossa parte na educação ambiental? Essa ação é caríssima? Ela é caríssima, mas ela tem que ser muito bem avaliada onde colocar, porque uma estação não tira a poluição do ar, ela vai dizer como está essa representatividade. Uma estação, às vezes, tem uma abrangência de quatro quilômetros. Imagina, quatro quilômetros, uma estação. É, ela traz informações seguras até quatro quilômetros. Mas eu acho que tem que ter três, três medindo a mesma coisa é mau uso do dinheiro público. Então tem que ter relatórios, e nós temos, vem junto com o PREFE, vem junto com a classificação depois dos municípios. Como é feita essa distribuição? Quando se vai para o município, no interior, a gente está avaliando as fontes, nós estamos trabalhando direção de vento, nós estamos trabalhando o número de habitantes e podemos chegar a conclusão que uma estação manual, que vai uma vez a cada seis dias coletar uma amostra é suficiente, mas tem que ter uma automática. Bom, Ferrari muita gente quer ter também, mas tem que saber como vai usar o dinheiro público. O mau uso do dinheiro público é sério. Então, por exemplo, a gente vai na região de Paulínia, duas estações. Vai em Cubatão, só na Vila Parisi, já tem ali duas estações. É suficiente? É. Tem muitos estudos para fazer isso, a gente faz correlação. Lá em Cubatão, teve uma vez que tinham cinco estações, cinco estações, entre equipamentos distribuídos, para a gente ter certeza que aquele ponto estava pegando a área de interesse. Então, aqui na região metropolitana nós temos um pátio muito grande de estações. Mas olha o tamanho dessa cidade. Agora, nós vamos ter ampliação da rede, tem mais um ponto na região metropolitana que é muito importante. Ali na região de Sapopemba, é uma cidade aquilo. Então existem estudos prévios onde o nosso foco está indo para lá, e no interior a mesma coisa. Assim, é muito técnico, não é o que a gente quer. Às vezes vem aquelas ideias, mas eu quero doar uma estação para CETESB, como se tivesse... Sim, bem-vindo. Mas deixa a gente fazer o estudo para saber exatamente onde colocar essa estação, porque depende da meteorologia. Vocês imaginam o estudo de ventos para por uma estação? Aí, tem que estudar onde vai, porque se eu vou instalar uma estação, temos uma indústria, temos a população e a gente vai colocar uma estação, depois da direção de vento, elas não vão pegar nada. Nós temos que, onde está a população, ver a direção de vento dessa massa de poluição que está chegando nessa população e aí decidir onde vai colocar. Olha, eu estou há mais de 33, a minha chefe está aqui, a diretora da Dae, já deve ter uns 50 anos. Ela é bem mais nova que eu, viu gente? Mas não é que eu estou acabada por causa da poluição do ar, não, é a idade. Mas é assim, em 30 anos, presta atenção, 30 anos desde que eu estou aqui, a Maria Helena mais tempo, nós reduzimos 70% a concentração de material particulado nesse estado, nessa cidade, 70%. Nós tínhamos no começo em torno de 90 e tantos microgramas, o metro cúbico médio anual, e agora nós temos 26. São três vezes que cai. Então é uma equipe que viu cair. Por quê? Porque tem programas. Proconve, Promot, o Prefe. Excelência do Prefe. Nós estamos aqui para falar isso, que a gestão da qualidade do ar, que o Prefe, é isso que importa, quando a gente vê o decreto que diz para a gente: olha, não traz mais Cubatão para cá. Vamos fazer a gestão dos municípios, vamos fazer a gestão da qualidade do ar para melhorar a saúde de todo mundo. Aí estou parecendo

fazendo propaganda, mas eu estou mesmo. Bom, eu não sei se eu respondi, mas usem o aplicativo da CETESB, vamos fazer igual Medellín, que é um exemplo mesmo. Eu conheço a equipe de monitoramento de Medellín, eles estão de parabéns pelo que fizeram.

**01:48:19 Naiana Lanza:** Obrigada. Tem mais uma pessoa inscrita aqui para fazer um comentário. Mayla, por favor.

**01:48:24 Mayla Fukushima:** Queria complementar até a explicação da Lúcia. Parabéns Lúcia. Parabéns Maria Helena, Serpa, pela apresentação. Só complementando, até o questionamento do Crepaldi, que quando a gente faz o licenciamento de uma indústria, essa que é a questão principal quando a gente faz o licenciamento, ou de uma ampliação, ou de uma instalação de uma unidade nova. Então, só lembrando que assim, quando o empreendimento a gente sabe que ele é causador de significativas emissões, enfim, na região, a CETESB já solicitou como exigência e já colocou como exigência no licenciamento a instalação de estações de monitoramento. Mas não é para qualquer coisa, tá? Só que a gente tem que lembrar que antes do monitoramento a gente também tem que cobrar o uso, a aplicação da melhor tecnologia disponível. Então, assim, vamos evitar a emissão, o desenquadramento da qualidade do ar. Então assim, primeira coisa acho que tem que ser a prevenção. Então a CETESB, no licenciamento, até para saber se aquele poluente ele vai ser desenquadrado ou não, a gente também pede outros estudos para subsidiar isso. Então tem estudos de dispersão. Inclusive, Bauru tem uma estação de monitoramento já instalada, em operação. Então, a partir desses estudos de dispersão, a CETESB exige no licenciamento o maior controle daquele poluente, daqueles poluentes, né? Além disso, quando a indústria começa a operar ou vai ampliar, a gente pede, além dessas tecnologias, a gente também pede o auto monitoramento, que alimenta o Prefe das fontes estacionárias. Então, é o que a Lúcia disse. Então assim, para a CETESB exigir a instalação ou para a CETESB chegar a conclusão que alguma região precisa de uma nova estação de monitoramento, a gente se baseia em tantos dados de monitoramento que já existem pelo monitoramento da própria CETESB, quanto a questão de alteração do uso do solo, porque isso altera o tempo todo, a questão de clima, meteorologia. Então é assim, é uma questão complexa, mas a CETESB tem acompanhado e exigido no licenciamento as boas práticas também. E quando a gente avalia que alguma área está se tornando crítica, ou a gente tem que estudar melhor, a gente instala a estação.

**01:51:09 Naiana Lanza:** Obrigada, Mayla.

**01:51:11 Ricardo Crepaldi:** Só respondendo a Mayla, o ponto é só sobre a questão de o Estado não precisa bancar certas coisas como o da iniciativa privada, ele pode exigir que a iniciativa privada faça isso, essa é a parte, é importante a gente não gastar o dinheiro público com isso, com uma iniciativa privada.

**01:51:29 Mayla Fukushima:** A gente tem algumas estações que foram exigidas no licenciamento, no próprio licenciamento. Mas quando a CETESB verifica de fato a necessidade de colocar uma nova estação, porque a gente tem bastante estação já instalada, tá?

**01:51:47 Jônatas Trindade:** Vou falar rapidinho. Primeiro, para falar que eu sempre fico literalmente babando na apresentação da Lúcia. É uma aula, de verdade, pela qualidade

técnica que o corpo técnico da CETESB tem, pela possibilidade de ver que vocês têm realmente se calcado na ciência, na técnica, trazendo esses esclarecimentos, a gente tem, acho, que a importância que foi colocada aqui em relação principalmente a transparência, na forma. Inclusive no ano passado, em decorrência dos eventos críticos que foram observados no ano passado, isso também tem sido trabalhado para melhorar a forma de apresentação da informação, para que a sociedade entenda um pouco melhor, porque não é algo trivial, é algo que precisa realmente de uma tradução, na linguagem, numa forma que a população também consiga entender. Então isso tem sido trabalhado pela CETESB e é mérito dessa equipe que tem se esmerado em buscar realmente trabalhar ao longo do tempo em políticas públicas que tragam o resultado que se espera, que é a melhoria da qualidade do ar, o que é o que todo mundo deseja, porque todo mundo sabe o tanto que faz mal pra nossa saúde. Eu lembro quando eu estava escutando você, Lúcia, lembrando, na época eu era pequeninho, eu cheguei a passar aqui por Cubatão na época, tanto que era uma situação. Tanto que Cubatão melhorou, Cubatão virou referência mundial, a cidade que se transformou. Eu acho que é isso. É um processo de longo prazo, um processo que envolve muita ciência e envolve as pessoas. E hoje você visita Cubatão, você passa por Cubatão, você vê outra realidade. É um trabalho feito pela CETESB, feito pelas empresas e cobrado pela sociedade, e teve uma participação do Ministério Público, uma participação da Justiça na melhoria daquela condição que se encontrava naquela região. Então é isso, acho que a gente tem um caminho, tem tido um caminho trilhado, um caminho muito calcado no que a CETESB tem recomendado ao longo do tempo, daquilo que tem sido trabalhado no âmbito do licenciamento. Eu acredito muito licenciamento como indutor de melhoria de projeto, eu acredito mesmo porque trabalhei muito tempo com o licenciamento, e vejo o tanto que o licenciamento consegue entregar e melhorar os projetos que são apresentados, às empresas buscando soluções que tragam essa melhoria naquilo que vai ser trabalhado, aquilo que vai ser implantado. E é isso aí. Eu acho que o resultado está posto. Acho que a apresentação explica um pouco esse contexto, uma linguagem muito boa, e eu fico muito feliz de poder participar e poder contar com pessoas tão capacitadas aqui nesse plenário para poder explicar um assunto tão complexo. Então, parabéns pela apresentação.

**01:54:34 Maria Lúcia Guardani:** Obrigada, Jônatas. A equipe toda te agradece.

**01:54:39 Naiana Lanza:** Temos aqui, o Manara levantou a mão novamente. Se puder ser breve, eu agradeço.

**01:54:44 Marcelo Manara:** Eu quero insistir na colocação, embora a Lúcia tenha comentado a referência que eu fiz a Medellín, mas a minha pergunta é muito objetiva: Tem alguma intenção, tem um calendário, tem algum projeto para que isso se transforme numa plataforma acessível para a população, ou os disparos de alertas, ou então a população, o cidadão que queira ter melhor orientação, isso numa plataforma não muito técnica, mas mais hábil para conscientização da população? Existe um projeto para isso e com data de entrega?

**01:55:21 Maria Lúcia Guardani:** Existe uma preocupação muito grande. Nós evoluímos bastante. Já o aplicativo mostrou isso. A CETESB, a gente trabalha com várias ações, tanto nas mídias como aqui dentro, com palestras e inserções na mídia, que isso é muito importante. É difícil, porque a divulgação da qualidade do ar ela vem quando está tudo pegando fogo. Então é normal. A gente é chamado pelas grandes mídias para falar só dos eventos, quando há interesse da mídia. Quando não, a gente é esquecido, enquanto que é

uma situação que eu concordo com você. Então a gente tem sim essa parte, a divulgação está presente, é uma plataforma da CETESB bastante, assim, que a gente está trabalhando junto, e assim, é que vai de passo a passo. Então é importante. Eu acho que o aplicativo do celular, embora não apareça, ele é muito utilizado, e assim, a gente é sempre chamado para Fale Conosco, para responder, baseado nessas informações. Mas é um desafio grande, então.

**01:56:41 Jônatas Trindade:** Então, só para reafirmar, desde o ano passado, Manara, vem sendo trabalhado nessa melhoria, tanto na forma de apresentação como na transparência da informação. Porque não é uma leitura fácil, né? Eu, por exemplo, não sou especialista, por exemplo, na área. Quando eu pegava o site da CETESB e fazia uma leitura daquilo que estava sendo apresentado, restava alguma dúvida. E aí quando você conversa com os especialistas, com a equipe da CETESB, isso traz uma clareza. Então, é nesse sentido que vem sendo trabalhado, desde o ano passado, foi algo que a secretaria pediu e que a gente entendia que era necessário. Ela pediu, primeiro, para a gente fazer um diagnóstico para entender o que precisava ser trabalhado e, segundo, o que poderia ser trabalhado, mostrado ou apresentado de uma forma melhor. Então esse foi o desafio posto para a CETESB, a CETESB trabalhou nisso e a gente continua nessa atoada, daquilo que a gente pode, cada vez mais, apresentar de uma forma didática e dar essa clareza, essa clareza para a população, porque é isso. Se você olhar o painel, só vai interpretar de uma forma ou de outra. A gente tem que tornar uma linguagem acessível e numa forma fácil de um assunto complexo para a população entender. Então esse foi o desafio, a CETESB trabalhou nesse sentido desde o ano passado.

**01:58:01 Maria Lúcia Guardani:** Eu só queria dizer que a gente renovou o nosso mapa, o nosso mapa está mais didático, mais fácil de acessar na sua cidade, clicando na bolinha a gente já vê como está a qualidade do ar. São mais de mil relógios só na cidade de São Paulo. Concordo que a gente podia estar já no interior propondo relógios de rua, é um grande projeto. É o que a gente gostaria, porque nas cidades onde tem uma estação medidora, essa informação pode ir para a rua. Aqui na nossa cidade, que é gigantesca, ele depende da região, você vai ter informação. Se você está vivendo na Zona Sul, e a informação das estações da Zona Sul, da Zona Leste, é tudo assim, é muito importante, não é o geral, é pontual. Você vê que é sofisticado, então é mais ou menos o que o Jônatas falou, é extremamente importante para nós.

**01:58:56 Naiana Lanza:** Obrigada, Lúcia. Então, dando sequência aqui, só para deixar registrado, a Joana levantou a mão. Se eu puder ser breve, para a gente avançar aqui na pauta, favor.

**01:59:05 Joana Alves:** Só lembrar que o ano passado, com as queimadas que a gente teve, São Paulo teve um momento que ficou o céu super escuro, e acho que ficou por alguns dias a cidade mais poluída, com o ar mais poluído do mundo. Então, o assunto é super sério, acho que também parabenizar a apresentação, mas a gente tem que, enfim, até como conselheiros aqui, também se capacitar super bem para a gente poder acompanhar essa pauta e fazer o melhor possível aqui no estado de São Paulo, e também reiterar o que o Manara também propôs.

**01:59:39 Maria Lúcia Guardani:** Joana, nós temos uma estação lá em São Sebastião que é maravilhosa e traz a informação daquela região. Só que eu vou falar bem rápido. Gente, o site que divulgou que nós tínhamos a pior situação do mundo, e aí eu vou fazer uma propaganda mesmo, quando consultar a qualidade do ar, entre no nosso aplicativo e na nossa informação, porque realmente era uma informação que não estava sendo correta. Eles pegavam aquele dado que eu mostrei para vocês de qualidade do ar instantâneo e punha dentro de uma plataforma das últimas 24 horas, que nem refletia o padrão. Então eles diziam que estava fora do padrão num cálculo errado. Isso foi extremamente chato, por quê? Porque melhor não dar uma informação errada do que dar qualquer informação. Então é assim, consulte o site da CETESB porque ele traz dentro da regra, instantâneo e com qualidade. E o que aconteceu naquele dia de pior do mundo, felizmente não era, só era uma informação equivocada, tá bom?

**02:00:54 Naiana Lanza:** Obrigada, Lúcia. Então, aqui rapidamente, só para registrar aqui algumas manifestações do chat. Então, a Joana compartilhou aqui um link com o monitoramento da qualidade dizendo que São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba a qualidade do ar é média, e tem uma mensagem também do Manara, parabenizando a CETESB em relação ao trabalho. Então, passamos agora, esse é um tema que necessita de uma deliberação do CONSEMA. Então, passaremos agora a votação. Eu peço a gentileza dos suplentes que eles não votem na presença dos titulares, principalmente aquelas pessoas que estão online, então peço essa contribuição para ajudar aqui a mesa da Secretaria Executiva. Então, peço atenção a todos. Então, aqueles que são contrários à aprovação da matéria, por favor, se manifestem. Aqui no plenário não temos ninguém contrário, online também não. Alguma abstenção? Temos alguma abstenção aqui no plenário? Não, online também não. Então, portanto, fica aprovado por unanimidade a informação técnica da CETESB em relação à reclassificação da qualidade do ar. Muito obrigado, pessoal. Aprovado. Seguimos, então, para o nosso próximo item da pauta, que é item também que necessitará de uma deliberação do conselho, que é a apreciação do relatório final da Comissão Temática Processante e de Normatização sobre o pedido de reconsideração da proposta de criação do Comitê Regional de Monitoramento Ambiental do Empreendimento do Túnel Imerso Santos-Guarujá. Eu convido então o senhor André Rocha, que foi o relator da matéria, para fazer a apresentação do relatório antes da gente ir para deliberação. André, por favor, fique à vontade. Você vai.

**02:03:30 André Rocha:** Bom dia a todos e todas. Bom, então o voto, o relatório final foi encaminhado por e-mail e aqui eu trouxe, na apresentação, os principais pontos desse voto. O pedido de reconsideração ao CONSEMA sobre a criação de um Comitê Regional Permanente de Acompanhamento das Obras do Túnel Imerso Santos-Guarujá foi apresentado pela Associação Comunitária do Macuco, ACOM. E o objeto desse pedido, datado, esse ofício foi encaminhado ao CONSEMA em 20 de agosto de 2025, protocolado junto à Secretaria Executiva do CONSEMA, com o objetivo de rever decisão do plenário que não acolheu solicitação de criação de um Comitê Regional de Acompanhamento das Obras do Túnel Santos-Guarujá, sugerida durante a apreciação do Parecer Técnico sobre o Eia Rima do empreendimento. Bom, aqui eu vou trazer um pouco o histórico desse pedido. Então, na reunião de número 103, extraordinária do CONSEMA, houve a apreciação do Parecer Técnico sobre o Eia Rima do Empreendimento Implantação do Túnel Imerso Santos-Guarujá e, por meio da deliberação CONSEMA número 05/2025, o CONSEMA manifestou favoravelmente ao parecer técnico da CETESB. E durante a análise da matéria no plenário, houve uma proposta do conselheiro Sanseverino de criação de uma Comissão Temática

destinada a acompanhar os impactos desse projeto. Após a explanação da CETESB, a proposta não foi acolhida pela plenária. Bom, em 22, de 2025, a ACOM efetivou o pedido de reconsideração, que foi encaminhado para CT Processante, a Comissão Temática Processante e de Normatização. Em 2 de setembro de 2025 teve a primeira reunião na CT Processante. Eu fui designado para elaborar a relatoria, como Naiana comentou, e foi deliberado pelas oitivas, tanto da sociedade civil quanto pela CETESB. Na reunião seguinte, de número 127, a CETESB argumentou que a Licença Prévia, 30, de 23, já contemplava de modo adequado e completo os pleitos da sociedade civil e, por sua vez, a ACOM, representada pelo sr. José Santaella destacou a preocupação da comunidade local quanto aos potenciais impactos sociais e ambientais decorrentes da implementação do túnel Santos-Guarujá. Nesse sentido, reforçou a importância da criação do Comitê Regional Permanente de Acompanhamento dessas obras. Na reunião seguinte, em 31 de outubro, o relatório sobre o pedido de reconsideração foi submetido à Comissão, que decidiu, por maioria, pelo recebimento do Relatório Final a ser encaminhado na plenária do CONSEMA. Bom, com relação à admissibilidade do pedido, nos termos da deliberação CONSEMA 01, de 2013, os requisitos foram preenchidos em sua integralidade, então são admitidos o pedido de reconsideração formulados pela parte interessada, desde que apresentados no prazo legal e relativos à deliberação plenária anterior e, no caso, a Associação Comunitária do Macuco, entidade reconhecida de representatividade local, figura como legítimo interessado no processo de licenciamento do empreendimento, razão pela qual o pedido preenche os requisitos formais de admissibilidade, portanto, pode ser conhecido. Bom, com relação ao mérito, é importante destacar que tanto os documentos que constam no processo, assim como pelas oitivas que tiveram no decorrer que eu trouxe aqui o histórico, eu trago aqui os principais aspectos, mas em última análise, eu queria destacar que essa duplicação de instâncias para tratar da mesma matéria, isso, a meu ver, traria uma fragmentação da governança que causaria uma insegurança jurídica para dois conselhos tratando do mesmo tema e, a meu ver, seria contraproducente. Então, aqui eu destaco alguns pontos do voto nessa linha de raciocínio. São os seguintes: conforme demonstrado pela informação técnica 12, de 25, e Licença Prévia 30, de 23, essa licença já estabelece condicionantes específicas destinadas a assegurar a participação social, a transparência e o acompanhamento comunitário das medidas de mitigação e compensação decorrentes da implementação do Túnel Imerso Santos-Guarujá, inclusive com exigências específicas de instalação de um conselho socioambiental concebido exatamente para garantir a presença e voz da sociedade civil organizada. Assim, a criação de um Comitê Regional paralelo mostra-se desnecessária e potencialmente contraproducente, pois as finalidades invocadas pela requerente já se encontram plenamente atendidas pelos mecanismos existentes na Licença Prévia. A duplicação de instâncias participativas sobre o mesmo objeto acarretaria fragmentação de governança, como eu mencionei, e violação do princípio da segurança jurídica, na medida em que gera duplidade de deliberações, sobreposição de competência e risco de decisões contraditórias, comprometendo a coerência e estabilidade do processo de gestão ambiental. Assim, a ampliação da participação social deve ocorrer dentro do arcabouço já instituído, mediante o fortalecimento e diversificação da representatividade civil no âmbito do Conselho Socioambiental, previsto na Licença Prévia 30, de 23, e não pela criação de nova estrutura deliberativa e de caráter paralelo. Conclui-se, portanto, que o pedido de reconsideração, embora formalmente admissível, não merece acolhimento por inexistir em fatos ou fundamentos jurídicos novos, capaz de alterar o entendimento anteriormente adotado pela plenária do CONSEMA. E aqui eu trago a conclusão do voto. Entende-se que os instrumentos previstos a serem implementados e as medidas determinadas pela CETESB como

condicionantes da Licença Prévia atendem plenamente o pedido contido no pedido de reconsideração. Então, ante o exposto, essa relatoria conhece do pedido de reconsideração apresentado pela ACOM por preencher os requisitos formais de admissibilidade previstos na deliberação CONSEMA 01, de 13, mas no mérito nega provimento diante da inexistência de fatos ou fundamentos novos que justifiquem revisão da deliberação plenária anterior, mantendo a decisão do Plenário do CONSEMA que indeferiu o pedido de criação de Comitê Regional de Acompanhamento das Obras do Túnel Santos Guarujá. Recomenda-se, todavia, que o empreendedor assegure a efetiva inclusão e participação paritária da sociedade civil no Conselho Socioambiental, previsto na Licença Prévia, observando os critérios de representatividade e ampla publicidade que legitimam a governança ambiental, reforçando a transparência e o controle social. É isso. Obrigado.

**02:11:08 Naiana Lanza:** Obrigada, André. Passamos então agora aos comentários dos conselheiros. Vamos ver se temos alguém aqui no plenário que gostaria de fazer algum comentário. Espera aí, Sanseverino. Estou aqui só organizando, só um segundo. Só estou checando aqui no plenário se tem alguém. Não temos ninguém. Online, acho que é só o senhor mesmo que está inscrito. O Paulo do Rêgo e o Sanseverino, então, online. Então iniciemos com o Sanseverino e, na sequência, Paulo do Rêgo e Fernanda Carbonelli. Então, Sanseverino, por favor, pode fazer uso da palavra.

**02:11:46 Carlos Sanseverino:** Solicitei a palavra pela ordem e não pela inscrição, como faculta o Regimento, para esclarecer aos senhores conselheiros que, na oportunidade em que a Ordem dos Advogados do Brasil, membro titular deste conselho já há mais de 20 anos, solicitou que fosse estudada a possibilidade desta Comissão. Naquela oportunidade foi esclarecido a todos os conselheiros e de fato, já ocorriam outros mecanismos, de forma a controlar e examinar as condições dos impactos ambientais. Isso foi reiterado agora no voto e, mesmo a existência do Conselho Socioambiental do empreendedor, que, em tese, contemplaria a possibilidade desse permanente monitoramento. Também foi mencionado que, naquela oportunidade, existiam outras comissões internas da CETESB e da SIMA, e poderiam realizar, nas etapas das Licenças, esse controle. E como foi bem lembrado no voto, a questão de uma nova Comissão poderia trazer o fragmento das instâncias. Desta forma, considerando que ao longo desses anos todos, a gente tem sempre percebido a excelência do trabalho com que a CETESB vem realizando todo o trabalho técnico, a excelência desta gestão e de toda a estrutura da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. E, finalmente, considerando que neste mês de outubro, a Autoridade Portuária criou um Comitê Regional Permanente de Monitoramento dos Impactos Ambientais, e sendo certo que esse comitê foi aberto para a sociedade civil, sendo certo que a OAB foi convidada para participar desse comitê, e quero aqui trazer a condição de que outras entidades da própria ACOM pode dela participar, sendo certo que a própria OAB já fez a indicação dos membros para dela participar. E considerando o nosso desejo de que a nossa sugestão nunca foi, em momento algum, de causar qualquer tumulto de instâncias, e salvo melhor juízo, em razão deste pleito que foi indicado, nós da OAB estamos retirando a proposta da criação desta Comissão, deixando a ACOM a vontade para expor o seu desejo de manutenção em seu nome, não mais em nome da OAB, porquanto a Ordem dos Advogados se sente absolutamente esclarecida, seja pelo trabalho feito durante as Licenças, seja pela sugestão de que os conselheiros possam ter assento permanente no Conselho Socioambiental, na medida em que poderão, não só a OAB, mas qualquer membro do conselho acompanhar os trabalhos nas diversas instâncias.

Eis os esclarecimentos e, os feitos feitos em questão de ordem, exatamente com o objetivo de permitir o debate democrático. Muito obrigado, senhora secretária.

**02:15:29 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Passo, na sequência, para os outros conselheiros que estavam inscritos. Paulo Nelson, por gentileza.

**02:15:42 Paulo Nelson:** Bom dia a todos. Só colaborando em função do relatório apresentado, as discussões acabaram tendo uma dimensão que nos pareceu adequada dentro do que foi colocado. No entanto, nós levantamos no âmbito da Comissão algumas questões de importância capital na nossa visão, que é a criação dessa Comissão por parte do empreendedor. O empreendedor traz dentro da sua exigência a criação dessa Comissão, e da LP, como bem esclarecido pela Mayla, ela foi em caráter geral. Ela não trouxe as especificidades de como é que vai ser o funcionamento dessa Comissão. Então, nós entendemos que tem questões que deveriam estar recomendadas dentro do relatório, que eu acabei não observando na exposição feita, que é a recomendação de que a governança dessa comissão criada pelo empreendedor seja dada CETESB, que essa comissão ela tenha um caráter deliberativo e não meramente consultivo, para que não seja simplesmente para referendar posturas do empreendedor, e que ela traga também uma transparência de todas as suas decisões, para que todo o CONSEMA possa acompanhar efetivamente todas as decisões que dela decorrerem. Então são questões que, segundo a Mayla, elas poderão ser colocadas dentro do processo agora na expedição da Licença de Instalação, mas que nós entendemos que devem ser condicionantes que devem ser relembradas, e condicionadas a CETESB na expedição de Licença de Instalação, que ela observe esses princípios que a gente colocou e debateu dentro da comissão. Obrigado.

**02:18:09 Naiana Lanza:** Obrigada, Conselheiro. Na sequência, a senhora Fernanda Carbonelli. Por favor, Fernanda.

**02:18:16 Fernanda Carbonelli:** Bom dia a todos e todas. Agradeço por fazer uso da palavra. Só queria consignar aqui exatamente o que o Paulo falou. Dentro da Comissão Normativa nós tivemos um amplo debate a respeito disso, e consignamos ali alguns aperfeiçoamentos a respeito deste Comitê a ser criado. Como a gente está ainda no âmbito da Licença Prévia, como bem explicado pela CETESB, eu acho que houve ali, só para que todos tenham conhecimento, uma uniformidade dos votos e, inclusive da própria associação, que compreendeu que esse comitê a ser formalizado nesse âmbito é o órgão competente para se tratar disso. Então, eu só queria consignar o voto do colega relator os pedidos que foram feitos ali no âmbito da Comissão referente à questão da transparência e da paridade também. Não me lembro, doutora Tatiana, se tinha outras coisas que a gente tenha consignado, mas é só para deixar registrado que a própria associação compreendeu e não houve ali nenhuma irresignação com relação a isso. Então, que acabou sendo uma votação bem tranquila nesse âmbito.

**02:19:43 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheira. Eu vou passar para o Crepaldi, que também se inscreveu, e depois eu passo a palavra para o André, e caso mais alguém queira fazer algum comentário. Crepaldi, por favor.

**02:19:57 Ricardo Crepaldi:** É rápido. Só queria colocar um ponto, gente: a associação veio aqui àquele dia e fez o seu pedido, e eu conversei com a associação, e aí eu fui na nossas

bases. A ABES tem representatividade em N conselhos, comitês, bacias, etc. E no caso, principalmente no Comitê de Meio Ambiente, o COMDEMA de Santos, o qual eu fui conversar e verificar qual o ponto, se isso estava dentro da discussão, porque, para mim, essa discussão inicial, gente, a gente está discutindo a questão da participação social, ou seja, o medo do que um empreendimento, de alguma maneira passa o cerceamento da população obter, da população civil, demonstrar seus pontos. Então isso está sendo colocado, no caso, a associação é de Santos, então o Conselho de Meio Ambiente de Santos está ciente, está acompanhando isso, ou seja, já temos um órgão, um conselho do município olhando para isso, e não é só uma questão de ele estar em soltos em toda essa estrutura no nosso sistema ambiental do Estado. Eles estão lá e o município está colocado com o selo do município, está dentro disso. O pessoal me garantiu tudo isso, então, ou seja, as necessidades e as discussões referentes à própria associação estão sendo colocadas em pauta para o Conselho do Município, que é então, ou seja, é importante dizer, eu acho que é óbvio que a gente não pode duplicar conselhos ou outras coisas que não fazem sentido isso, que já tem um local de pauta, mas é muito importante saber que está sendo ouvido dentro do próprio município. Eles não estão sozinhos. O município está olhando através do seu conselho do município, que é a voz da sociedade civil basicamente. Então, ou seja, só colocar para todos os conselheiros que está sendo visto isso, ninguém está sendo cerceado de informação ou de poder falar sobre algum ponto dentro desse empreendimento, dentro desse processo. Então acho que isso é importante, eu busquei toda essa informação para deixar bem claro para todo mundo que, com todo respeito a associação, acho que tem que ir solicitar assentos nos fóruns específicos, mas nesse caso, o COMDEMA da cidade de Santos também está olhando para a associação, ok? Obrigado.

**02:22:34 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Passo agora a palavra ao André para fazer os seus comentários.

**02:22:39 André Rocha:** Apenas comentar o que a Fernanda destacou, que houve acréscimo no voto e de fato, consta literalmente, tanto na apresentação quanto no voto que foi encaminhado, os acréscimos, então foi exatamente na recomendação. Então, recomenda-se, todavia, que o empreendedor assegure efetiva inclusão e participação paritária, essa foi a palavrinha que a gente incluiu da sociedade civil, no Conselho Socioambiental, previsto na Licença Prévia, observando os critérios de representatividade e ampla publicidade, que também foi incluído aqui no voto que constava só publicidade, e aí pediram para incluir ampla publicidade. Então as duas inclusões foram realizadas e isso consta no voto.

**02:23:26 Naiana Lanza:** Eu estou aqui só projetando a conclusão para a Fernanda ver, para todos os conselheiros, na verdade.

**02:23:35 André Rocha:** Está na apresentação, também. Eu ocupei integralmente, na conclusão está integralmente.

**02:23:39 Naiana Lanza:** Então eu passo aqui por todos. Eu entrei. Era.

**02:23:44 Mayla Fukushima:** Naiana, posso só complementar em relação à questão do Licenciamento? Os processos de licenciamento são públicos, então, essa questão de assegurar a transparência, a publicidade, só lembrando que o processo é público. A gente passou da fase de Licença Prévia e essa discussão, como o Paulo Nelson comentou, de

detalhamento, é na fase de LI. Então, é na fase de LI que o empreendedor vai apresentar a proposta dentro do pedido de Licença, e a gente vai avaliar essa proposta, tá? Então, eu só queria deixar claro isso, que existe transparência nos processos de Licenciamento, inclusive a gente exigiu que o empreendedor implemente um efetivo programa de comunicação social com foco na população a ser afetada, tanto diretamente quanto indiretamente. Então a gente sabe que é uma obra de porte significativo, que pode causar impactos locais em relação a tráfego, a desapropriação, remoção de população, e é por isso que um dos principais focos da análise da CETESB foi esse. Por isso que a gente colocou uma série de exigências voltadas especialmente para a população a ser afetada. Obrigada.

**02:25:10 Naiana Lanza:** Bom, agradeço a manifestação de todas e todos. Então passamos agora a deliberação. Apesar de ter a fala do Sanseverino, nós seguiremos com a deliberação, porque o pedido foi oficialmente apresentado pela Associação do Macuco, então seguimos aqui com a deliberação, ok? Então, novamente pedindo a gentileza dos suplentes não votarem na presença dos titulares. Então vamos para a primeira pergunta. Aqueles que são contrários à aprovação da matéria do relatório apresentado pela Comissão temática, por favor, se manifestem. Aqui no plenário não temos ninguém. Online também não. Alguma abstenção? Aqui no plenário, nenhuma abstenção. Online também não. Portanto, o relatório da Comissão Temática fica aprovado por unanimidade. Muito obrigado, pessoal. Seguimos agora para o nosso último ponto de pauta. Esse ponto de pauta foi solicitado aqui em plenário, se eu não me engano, na nossa penúltima reunião. Então eu convido a senhora Ester Feche, da Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, para fazer uso da palavra. Lembrando que a Ester, ela esteve aqui nessa plenária em que esse assunto foi levantado. Então ela acompanhou um pouco o debate naquele dia. Ester, seja bem-vinda ao plenário do CONSEMA.

**02:26:37 Ester Feche:** Muito obrigada, Nayana. Bom dia, secretária, subsecretários, conselheiras e conselheiros presentes e remotamente também. Eu agradeço a inclusão em pauta. Esse é um assunto caro para o Estado de São Paulo, que tem sido tratado não como um tema secundário no saneamento, mas como um assunto de fundamental importância, não só no cumprimento do marco regulatório do saneamento, mas também no contexto das políticas públicas nossas e aquilo que está sendo estabelecido dentro desses modelos novos de estruturação que nós estamos fazendo. Então, primeiramente, eu queria trazer a questão do cenário no qual estamos inseridos para o saneamento rural, de onde nós saímos de um período que não tinha obrigatoriedade no Marco Regulatório. Entretanto, em 2020, como na época do chamado Novo Marco Regulatório, que hoje não é mais novo, mas ele traz a obrigatoriedade do atendimento e operação dos serviços públicos de saneamento na integralidade do território, o que contemplaria a questão das áreas rurais e assentamentos precários e tudo o mais. Então, esse foi um tema básico de estruturar numa modelagem mais ampla. E o outro cenário importantíssimo foi a própria legislação do Estado de São Paulo e o programa de desestatização da Sabesp, onde, dentro do próprio arcabouço regulatório contratual é incluído, diferentemente das modelagens que a gente tem visto externas de outros estados, foi incluído as metas de atendimento das áreas rurais dentro dos 371 municípios operados pela Sabesp. Então, esse ponto foi realmente uma oportunidade para a gente organizar um pouco, utilizando também o conhecimento que já existia dentro da SEMIL, na atuação do saneamento rural e também o levantamento daquilo que estava sendo de boas práticas fora do Brasil e também dentro do Brasil. Então aqui a gente mostra um pouco dos relatórios recentes, 2023, que diz que 24% da população rural que realmente teria

saneamento básico no país, apenas, mas esses números também são bem incertos dentro do contexto mesmo da metodologia de levantamento dessas informações que são auto declaradas. Então a gente começou a estruturação do programa identificando primeiro os desafios que a gente tinha no contrato 01/2024 da Sabesp, da antecipação da universalização para 2029, a parte da inclusão da população que não era atendida e operada pela Sabesp, pela prestadora de serviço público, que 40% dos domicílios passaram a ser incluídos dentro do contrato com a parte rural e assentamentos precários também. E mesmo a parte da regulação, fiscalização e licenciamento. Então, nesse sentido, algumas ações estruturantes nós começamos a estabelecer e organizar dentro de um contexto que considerasse não apenas a análise do Censo 2022, as mudanças metodológicas, as estruturações definidas naqueles shapes e das estruturações do IBGE, juntamente com CadÚnico e a Fundação Seade. Na questão mesmo da delimitação daquilo que era ambiente rural, que a gente teve uma transição, inclusive pós pandemia, e essa era uma primeira análise que precisava ser feita. Depois, a questão mesmo da definição da elegibilidade territorial no contexto urbano, periurbano e rural. E aí a gente teria um outro desafio, que seria a questão do licenciamento simplificado da CETESB e deliberações de tecnologias de saneamento que pudessem atender os diferentes perfis de usuários e de comunidades rurais. E, além disso, a gente identificou também o tema da qualidade da água, que precisaria ser diferenciado no ambiente rural em função da Potabilidade MS888. Então a gente criou lá, na verdade, um grupo de trabalho interinstitucional com a participação da coordenação da SEMIL, mas com a participação da Arsesp, Sabesp e a Secretaria de Abastecimento de Agricultura, Fundação Seade, CETESB e o Comitê Paulista. Cada um numa frente ligada a esses temas que nós tínhamos colocado no diagnóstico. Então, nós criamos uma série de workshops. Muitos, inclusive alguns dos conselheiros, chegaram a estar participando para trazer realmente o conhecimento e as práticas que tinham sido já referência para a utilização do saneamento rural, nacional e internacional. Também voltado para algumas questões específicas. Por exemplo, como a gente trataria o licenciamento ambiental? Então, a CETESB, criou uma deliberação de diretoria de licenciamento simplificado para atender os temas rurais, as tecnologias rurais e a parte também que envolveria o contexto do sistema georreferenciado e de que forma a gente ia conseguir atender essas populações dentro do tema de referência que eu vou falar um pouquinho, que era a responsabilidade da SEMIL elaborar e entregar para a prestadora de serviços Sabesp, fazer a contratação de um Censo Rural nos 371 municípios. Também o tema da abordagem das comunidades, uma vez que quando a gente está acostumado com o ambiente urbano, ele tem uma dinâmica diferente no ambiente rural. As populações são diferentes, elas têm perfis diferentes, não só sociais, mas também comportamentais. Então, a gente teve bastante cuidado no trato desse assunto, inclusive no Termo de Referência. E a parte também de tecnologias que seria necessário realmente fazer ali, na verdade, a criação de uma deliberação Arsesp, que viesse atender os desafios do ambiente rural, que daí não seria prestação de serviços de redes, mas também de serviços individuais. Então, dentro dessa linha, a gente também teve uma interface lá com o Banco Mundial, com a questão de PPP's rurais, também, com o pessoal do fundo do Reino Unido, com as soluções que foram colocadas, como saneamento rural em comunidades como México, Colômbia e Venezuela. Então a gente usou alguns temas para essas análises e a gente tinha um planejamento em que nós fizemos um desenho. Na verdade, a gente usa uma metodologia de um programa de qualidade para isso. E a equipe da SEMIL, como ela já tinha uma prática instituída, então a gente fez um desenho de processos, de que forma que poderia estar estabelecido um fluxo de forma uniforme para continuar e ampliar o atendimento às comunidades rurais, que tanto nos municípios operados pela Sabesp, quanto pelos

municípios não operados pela Sabesp. Então, esse desenho de processo, ele foi justamente no sentido de trazer como que primeiramente a prefeitura acessaria aqui a SEMIL, de que forma que seria feito a identificação das necessidades, de que forma ia ser feito o contato com as comunidades, a mobilização e a sensibilização, e o convencimento da necessidade do saneamento rural, a escolha da solução. E de que forma também iria ser feita a parte de autorização pelas comunidades locais, das instalações, das soluções ambientais e também a fiscalização dessas instalações no futuro. Então, essa experiência foi utilizada para também servir de referência para estruturação do processo, do processo, que diz respeito também ao Termo de Referência da contratação do Censo Rural da Sabesp, e também no contexto mesmo da operacionalização das instalações, das USI's e também de fiscalizações futuras. Então, partindo aí do início da análise da base, a gente fez um trabalho inicialmente do estudo do Censo de 2022, junto com a Fundação Seade. Eles apresentaram no primeiro workshop que a gente fez de saneamento rural, aqui no auditório da CETESB. Estava cheio. Muita gente participou e colaborou mostrando as diferenças que a gente tinha ali, que a gente precisaria fazer a compatibilização para identificação dos setores censitários elegíveis para a metodologia do levantamento censitário e também da aplicação de tecnologias que não seriam de rede. Elas foram interligadas com os dados georreferenciados que a Secretaria de Abastecimento e Agricultura vem, por anos, desenvolvendo junto com Rotas Rurais, que é das economias rurais. E também foi o que começou a fazer uma correlação com os próprios dados da Sabesp para fazer um mapeamento daquela delimitação que era de área atendível, e que ela se expandiu para todo o território do município e áreas rurais. Então, ali a gente começa a identificar os desafios que dizem respeito a áreas que são da União, como, por exemplo, das comunidades indígenas, o distanciamento entre os usuários, o distanciamento entre as comunidades, a quantidade, o volume de população elegível para esse atendimento. E a gente tem ali, no caso do Estado de São Paulo, aqui, a gente está colocando só das comunidades tradicionais, mas a gente tem, pelo Censo, 5% da população é rural no Estado de São Paulo, então um estado de vocação urbana e o rural, ele é disperso. Então, esse contexto, ele traz um desafio no atendimento, na sensibilização e também na mobilização das comunidades. Então, algumas metodologias elas estão sendo aplicadas não só pela SEMIL, mas também pela Sabesp, que diz respeito ao estudo das áreas, a conversa com as prefeituras, a mobilização das comunidades, as rodas de conversa com uma participação, às vezes com grupos da sociedade civil, local e de agentes que estão dentro das prefeituras ou da parte da área da saúde, e que eles são lideranças que podem estar trazendo também benefícios nos esclarecimentos para a população, para adoção de soluções individualizadas num modelo de prestação de serviço público. E aqui a gente mostra um pouco assim, usando tecnologias que estão sendo de referência, que a gente fala, descentralizadas, ou esse estudo aqui de distanciamento, que é do Rotas Rurais, que está dentro da Secretaria de Abastecimento e Agricultura, hoje ela não está presencialmente aqui, mas a gente forneceu a base pelo modelo contratual mesmo da Sabesp, a SEMIL forneceria essa base de informações, de rotas para chegar nessas comunidades e nesses habitantes, porque é um desafio. Então, quando você olha aqui, quem está remotamente não consegue enxergar, mas eu venho aqui para mostrar. Então, quando a gente se olha aqui, a gente vê a distância entre os pontos, e que, na verdade, você não consegue trazer um sistema de redes, tem que trazer soluções individuais. Elas são pulverizadas, são distantes. Então você precisa se deslocar tanto para fazer o Censo Rural, depois também para a parte de serviços de engenharia, de instalar as USI's, de fazer todo o acompanhamento e depois também da manutenção disso. Então um pouco de tecnologia que está sendo adotada no levantamento junto às comunidades para as informações. E aqui a gente mostra um pouco como é que a gente fez

o desenho de processo e a padronização, porque aí perguntaram: Mas é só Sabesp? Os outros municípios, como é que está? Então, no final eu vou falar um pouquinho sobre isso. Mas assim, a gente fez uma padronização de processos, a equipe da SEMIL, que está aqui representada pela Ana, pensando assim, desde o início a gente conseguir ter um banco de informações homogêneo, consistente com os dados da população, os dados da moradia, da habitação, que tipo de conexão que ela tem, os dados censitários eles tem alguns desafios que muitas vezes eles não correspondem à realidade no contexto daquilo que foi mapeado, e que é uma resposta escrita. E aí, quando vai a gente fazer o levantamento é diferente, porque daí vai um técnico de saneamento e olha, se tem uma fossa negra. Esses cara está falando que é uma fossa, filtro sumidouro, então essas coisas ele precisa ser mapeado. Então aqui a gente fez essa padronização e a gente pediu, inclusive, aqui, esse ponto é muito importante. Dentro dessa modelagem, desse modelo, nós criamos um código de ética e conduta dos entrevistadores e daqueles que forem trabalhar na parte operacional de instalação, no contexto do relacionamento com a comunidade, regras mesmo de relacionamento, de conversa. Então, por exemplo, a Sabesp, eles estão indo em casais. Então, se tiver uma moradora que está na casa, quem aborda e faz as perguntas e verifica que tipo de instalações é a entrevistadora. Se for um homem, então quem vai fazer a entrevista, que vai perguntar, aí é o homem. Então ele vai sempre em duplas. Então a gente teve alguns cuidados e alguns outros pontos. A gente teve uma ajuda aqui também, de uma socióloga da CETESB especialista, para a gente calibrar um pouco isso. E aí a gente trouxe também a parte da vistoria, de como deveria ser feita, que tipo de informações que precisavam ser adotados. Então esse é o material que a gente utiliza tanto para os processos da SEMIL quanto para aquilo que a Sabesp está fazendo, sendo feito com os levantamentos. E aí então a gente criou também um padrão gerencial no SEI, onde a gente tem ali todo procedimento escrito de cada etapa, de todos os itens, para a gente ter garantia mesmo da qualidade disso, da lisura, da governança, que a gente tenha ali uma continuidade no procedimento do atendimento a essas populações. E a gente também está fazendo uma tabela de correlação de ações ali entre os planos PEARC, PESB, e a URAE I, de forma que a gente consiga trazer linhas de ações correlacionadas com o Programa do Saneamento Rural aqui, tanto do rural, mas também do rural, inclusive no contexto das comunidades. E também na parte dos órgãos regulatórios e ambientais. Então aqui a gente mostra um pouquinho das áreas envolvidas, das reuniões de partida. Às vezes a gente teve participação também daquele G9, que lá o grupo que faz, que ele vai localmente, ele que é uma sociedade civil das mulheres, do G9. E aí elas vão e fazem a mobilização e conversam com a comunidade, explicam a necessidade, do que é o saneamento, importância para a saúde pública, para as crianças, etc. Então, aqui a gente tem algumas rodas de conversa e aí eles aqui, quilombolas e também aqui mostra um pouco dos desafios. Aqui não aparece, mas aqui a gente tem algumas fotos de alguns lugares que eu quis trazer para como a gente tem desafios no contexto rural, a gente tem os parques, que a gente está tendo conversas ali com ajuda do nosso pessoal ali, o Rodrigo está de férias, mas com a ajuda do Rodrigo, com o pessoal da Funai aqui em São Paulo, porque a gente precisa de autorização da União para entrar nessas áreas. E também abordagem, ali ela tem que ter uma liderança. Então Cacique Cristiano também têm nos auxiliado nesse contexto de a gente criar um protocolo para troca de informações e dados, e a gente poder avançar de uma forma bastante sólida, cuidadosa e respeitosa com as comunidades, no contexto mesmo da gente atender nossas metas, nossos cronogramas, mas também com um cuidado em relação às comunidades tradicionais. Então, daí os desafios que a gente traz realmente a questão da baixa densidade populacional, distâncias e as restrições econômicas das comunidades. E a gente está tendo um olhar sobre

isso, de que forma a gente vai tratar esse tema, as tecnologias que a gente tem, dentro do nosso cronograma, deve sair nas próximas semanas a deliberação da Arsesp, que diz que foi, segundo eles, a consulta pública com maior número de contribuições de saneamento no Brasil, seiscentos e poucas contribuições. Acho que parte delas a gente também aqui é responsável por essas contribuições excelentes que, de alguma forma, eles estão fazendo no papel deles de regulador. Eles vão trazer a público para a gente conhecer esses resultados. E também a parte de participação comunitária que ela vem assim, realmente isso é importante no contexto do saneamento rural. De que forma a gente faz uma inovação do modelo que é novo, a gente sabe que algumas coisas a gente vai errar e a gente vai ter que voltar e corrigir. Mas o que a gente está fazendo está dando resultados. Então, aqui mostra um pouco que a gente criou um plano de trabalho, no caso da Sabesp, com um cronograma para caso, incluindo plano de comunicação antecipado com o município. Então, para eles entrarem, precisam falar com o município, o município informar as comunidades. Isso é um desafio. Tem que ter uma rede ali para conseguir fazer essa articulação, um plano de capacitação, de forma que o recenseador ele tem que entender do meio rural, não adianta colocar alguém que está acostumado fazer aqui o censo nas comunidades urbanas, favelas, que voltou a se chamar favelas pelo IBGE, que é um do lado do outro. A pessoa abre a porta, conversa, mas no meio rural não acontece isso. Às vezes a pessoa não quer atender, ela fecha a porta. Então de que forma é que você, antes, você consegue fazer a sensibilização e preparar a comunidade para ela olhar isso de uma forma que, pelo menos eu posso conhecer o que eles estão fazendo e o que estão nos trazendo. Então a previsão lá de conclusão do Censo é setembro de 26. Então aqui a gente só traz um pouco aqui dos resultados, que a Sabesp está envolvendo engajamento comunitário local, voluntários e técnicos locais e tem 880 mil domicílios para fazerem parte desse censo. Deve estar com, sei lá, talvez uns 10% agora, até no final de dezembro, que, na verdade, assim, está calibrando o modelo do censo. Na parte interinstitucional, eu já falei, os que a gente já trouxe foi o Termo de Referência SEMIL, que fez em conjunto com todo esse grupo interinstitucional. A base da Secretaria da Agricultura, a CETESB, que fez a deliberação de licenciamento simplificado. O Comitê Paulista está com o MS 888 para trazer, para a gente ter aprovação do Anexo 9, que é um modelo simplificado que já existe lá na MS 888, mas que ele autoriza a concessionária a fazer parâmetros básicos de potabilidade. Depois a parte da consulta pública, que também já foi realizada e agora vai ser publicada. Então, no caso aqui da SEMIL, a gente tinha uma comunidade em 2021, depois de 23 para cá, a gente, no caso dos inclusivos, 13 comunidades quilombolas, ou já foram concluídas ou está em andamento, e uma indígena com a implantação de 692 USI's e dos 2768 habitantes. Então, esses são os municípios que já foram beneficiados nesse pós 23 e 24, e a gente está com os estudos do Universaliza, incluindo as áreas rurais. Premissa de diagnóstico e levantamento de campo, que encerra em dezembro. Então, aí só para trazer uns números para vocês. Então, Sabesp, lá a gente está com 380 mil famílias, 3,6 milhões de habitantes. O FEHIDRO, a gente fez um levantamento por ordem de 130 milhões de reais em projetos que estão beneficiando áreas rurais em 101 municípios, que aí pode ser planejamento, pode ser solução por USI's. Tem um que é da área de perdas, que deve ser município com área periurbana, que a gente fala, próximo a parte urbana, o Água e Vida lá que a gente falou. Então, assim, a Sabesp estima uns 4 bilhões que eles vão fazer de investimentos na área rural. E o Universaliza, segundo o FC, ontem até passaram, eu acho que por volta de 3 bilhões, mas esse valor é uma estimativa. Hoje a gente não tem esse dado claramente. O que a gente tem de diferencial, que é muito bacana, eu acho que é importante mostrar como o Estado de São Paulo está preocupado. Ele não é secundário, mas saneamento rural não é secundário para nós. A gente comparar com o que está acontecendo

nos outros estados, 18 estados que tiveram essas modelagens do BNDES, essa fonte é o próprio BNDES, não tem inclusão de saneamento rural. E os que estão agora em modelagem, que acho que são oito, se não me engano, também não tem inclusão a área rural, então só está a concessão do Piauí com área rural e o Ceará, que tem o SISAR. Então o time técnico da SEMIL agradece. Ana Laura, que também tem batalhado há muito tempo com o saneamento rural, e a gente agradece também a oportunidade de estar falando aqui, e a gente se coloca à disposição para perguntas. Obrigada.

**02:53:42 Naiana Lanza:** Obrigada, Ester. Vamos então agora organizar a fala das pessoas. Cristiano, gostaria de comentar agora ou depois? Depois, tá bom. Então vamos aqui, Dauro, Crepaldi, Nalon, Victorino. Então aqui no plenário Dauro, Crepaldi, Nalon e Victorino. Online, Fernanda Carbonelli e Manara. Então vamos iniciar aqui no plenário. Dauro, por favor.

**02:54:12 Dauro Marcos do Prado:** Obrigado. Parabenizar a apresentação, muito boa, e a iniciativa também, que é muito importante essa questão para nós, povos e comunidades tradicionais. E aí, ali no começo, está comunidades rurais e tradicionais, eu gostaria que se colocasse povos e comunidades tradicionais, que pega os povos indígenas, comunidades quilombolas, caiçaras e caboclas. Eu acho que a gente pode contribuir bastante nessa questão do Vale do Ribeira, que tem um fórum de Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira. Se você solicitar, a gente pode mandar para gente fazer, de repente, a reunião com todos esses povos que existem no Vale, que a gente tem lá, a maioria dos quilombolas, indígenas, caiçaras e caboclos. E no litoral Sul, Centro e Norte, tem a Coordenação Nacional Caiçara, que também a gente pode contribuir muito para vocês chegarem na comunidade e fazer esse debate, essa discussão, é importante. E tem algumas técnicas também que a gente usa, que a gente pode também estar mostrando se isso pode contribuir também na questão do esgoto. E isso é super importante para nós, comunidades tradicionais.

**02:55:34 Ester Feche:** Bom, primeiramente, muito obrigado. Já pelos elogios, de vir de vocês, já é super importante. Obrigada. Mas vocês colocarem a possibilidade da gente poder utilizar as organizações de vocês, locais, é fundamental. Então eu queria te pedir no final para você vir conversar comigo, para a gente anotar seu contato, junto com a Ana também, porque a gente precisa desses polos de entrada. O Subsecretário Cristiano também, a gente teve reunião recentemente, agora porque a gente fez uma reunião de acompanhamento com a Sabesp também. E essa região que você está falando ali é operação, então vai ser muito importante. Então, obrigado e por favor, no final vamos conversar para a gente pegar os dados de vocês, tá bom?

**02:56:35 Dauro Marcos do Prado:** Por exemplo, Iguape, que é o município que eu moro ali, tem 70 bairros rurais, então é muito grande. Entendo, pegando o Vale do Ribeira é muito maior, mas a gente pode pegar Cananéia, Iguape, todos no município a gente tem acesso pelo fórum, que podem vocês acessar também.

**02:56:51 Naiana Lanza:** Obrigada, Dauro. Na sequência, Crepaldi, por favor.

**02:56:58 Ricardo Crepaldi:** Ester, parabéns, e parabéns a Subsecretaria do Kenji, que está colocando todo esse trabalho. Eu não sei se todo mundo sabe, mas hoje é o Dia Mundial do Banheiro. Porque o banheiro é considerado o princípio de uma dignidade das pessoas. Hoje é considerado o Dia Mundial do Banheiro, 19 de novembro. Ester, eu acho que, eu já falei

isso aqui outras vezes, já falei com a secretaria sobre isso, Sabesp é um ponto fora da curva, infelizmente. Então, nós temos 60% do estado atendido, e eu acho que o programa vai ser colocado e vai acontecer. Apesar da Sabesp hoje ser uma empresa particular, de gestão particular, ela tem um percentual do estado lá e ele tem o poder de voto e de discussão, por isso vai acontecer, de um jeito ou de outro vai acontecer até 2029. Agora minha discussão é: e os outros 40% do Estado? Ele não está acontecendo nada. Eu já falei aqui nas nossas reuniões, não está acontecendo nada. Nós temos empresas privadas não fazendo nada que tem concessões e temos as municipais, pior ainda. Então, eu não vi no plano, apesar de ser colocado aqui como saneamento rural para o Estado de São Paulo, a gente está esquecendo de 40% do Estado. Então, subsecretário Kenji, eu acho que isso é um ponto a parte que deve ser colocado, ele é o problema, basicamente, ele é o problema para o nosso estado, esses 40%, e como ele vai ser atingido? Como você usa os instrumentos públicos em termos de gestão do governo do Estado para que isso aconteça? Então é uma meta do Estado, a Universaliza, infelizmente, ele não vai, o Universaliza é somente uma assessoria para o município que aderiu para ter uma consultoria sobre essa questão. Agora, se o município vai ou não fazer alguma coisa, não está dentro da sua alçada. Ou seja, nós temos 40% dessa população de 5% do Estado de São Paulo, que pode não ser atendida nunca. Então, a gente aqui, como um conselho de Estado, a gente tem que exigir que a gente seja justo e a gente atender todos no nosso estado, ou seja, a gente não atenda só parte dele, que vamos dizer que é mais fácil, porque tem uma empresa que a gente tem um percentual do Estado, mas e o resto? E os municípios? E as particulares? As que têm concessão? Nada está sendo feito. Eu falo isso já não é de hoje, a gente precisa ter instrumentos públicos de pressão para que a gente consiga que se faça o saneamento ambiental de comunidades isoladas como um todo. Ou seja, a gente tem que fazer com que isso aconteça de uma maneira geral, porque nós estamos falando do Estado. Nós estamos falando somente da empresa Equatorial, que é a Sabesp no estado de São Paulo, ou seja, tem 40% de pessoas aqui que estão dentro desse projeto parcialmente esquecidas, então é isso que eu gostaria. Ester, você tem uma informação, ótimo, maravilha, mas se não, é um apontamento para a subsecretaria, está ok?

**03:00:44 Ester Feche:** Primeiro, vamos por partes. Obrigada pela sua pergunta, super importante e a gente está aqui para esclarecer para que cada vez fique mais claro para os conselheiros e também para os municípios como é que a gente está lidando com municípios operados pela Sabesp e não operados. Primeiro, da Sabesp vai acontecer de qualquer forma, não é porque a gente vai impor, porque está no contrato, e eles estão cumprindo o contrato. Então, a parte que era da SEMIL, ela fez, que foi termo de referência e prepara toda a base institucional de referência para que seja feito o saneamento rural nos municípios. Então, eles estão dentro do cronograma e estão funcionando. Está tudo dentro da meta até 2029. Esta etapa teve uma etapa de preparo de bases, as bases são complexas, não é igual meio urbano, é diferente. Precisaria analisar Censo 2022. Precisava analisar as bases que vinham da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a Secretaria de Assistência Social, para a gente identificar famílias vulneráveis. Na Fundação Seade, a gente fez um trabalho prévio de preparação. Então, Sabesp, ela vai acontecer porque é isso que determina o contrato. E o cronograma tá indo muito bem. Na segunda parte do Estado de São Paulo, o Universaliza SP, ele está incluindo as áreas urbanas para serem atendidas nessa modelagem, então ele também vai ser contemplado do mesmo jeito que a Sabesp. É claro que é uma outra modelagem, outro modelo, é diferente, mas ele já está nos estudos do IFC, a empresa contratada lá para a parte de engenharia, já está levantando em campo, a Cobrap, que já fez vários Planos de Saneamento, de bacias e tudo mais. Então, ele está sendo contemplado.

Os municípios que estão com concessões, você tem razão. As concessões antigas, que é o caso das que a gente mostrou ali, BNDES, essas concessões estão no Brasil inteiro, elas definem a área urbana. Essas concessões antigas, elas estão com o ambiente urbano. Então o que a gente tem? A gente tem alguns mecanismos planejados para que o município tenha acesso ao saneamento rural, ou por meio dos programas nossos de convênio, Água e Vida, ou Desenvolve SP, que também a gente criou lá um mecanismo que o município pode usar para áreas que não estão dentro do contrato de concessão. E essa parte, a gente está trabalhando num planejamento para que até 2033 todos os municípios estejam atendidos. Também depende do município ele querer fazer, ser apoiado pelo Estado, sabe disso, poder concedente é o município, tá certo? De qualquer forma, a gente tem trazido à pauta esse assunto com os pares, com os reguladores e com entes como Ministério Público, Tribunal de Contas, a necessidade do cumprimento do Marco Regulatório, e o Estado de São Paulo vai dar ferramentas para isso. A gente teve um salto aqui do convênio de Sanebase, que eu mostrei lá, que a gente tinha lá, sei lá, 11 famílias, e a gente foi para 2.400 famílias do ano passado para cá. E a gente tem que conseguir contemplar o todo. Até o final de dezembro, provavelmente, a gente tem o levantamento das áreas rurais elegíveis do Universaliza SP. Então a gente pode também estar trazendo, subsecretário, atualizações e informações que vão andando, que acho que é super importante. E o seu ponto também é bom e eu agradeço estar fazendo essa cobrança, porque ele permite que a gente traga a público essas ações. E assim, a organização envolve muitos entes. Vocês viram lá, a gente tem SEAD, Sabesp, Arsesp, CETESB, Secretaria de Abastecimento e Agricultura, sei lá, talvez até tenha esquecido alguém aqui, não sei, Secretaria da Justiça. Então, para a gente entrar nas áreas e comunidades tradicionais, a gente precisa da Secretaria da Justiça junto. Realmente, a gente precisa ajustar. Então, assim, a gente está bem cuidadoso e olhando esse cronograma, que a secretaria cobra a gente, então a gente tem que cumprir e o nosso cronograma está na linha de todos os municípios, ninguém vai ficar para trás. Mas assim, acho que é importante a gente ir trazendo pontualmente, conforme vai evoluindo o projeto, a gente vai trazendo para vocês conecerem.

**03:05:51 Naiana Lanza:** Obrigada, Ester. Eu vou passar agora para os demais conselheiros. Eu vou pedir a gentileza de todo mundo ser bem objetivo na fala...

**03:05:58 Ester Feche:** E eu respondo de uma vez tudo.

**03:06:01 Naiana Lanza:** Pode ser, porque o secretário tem um outro compromisso, ele precisa sair. Então eu vou pedir a contribuição, a colaboração de todas e todos. A gente tem mais seis pessoas inscritas. Se quiser, eu posso fazer dois blocos de três rapidamente. E aí, eu peço também, Ester, para ser objetiva nas respostas. Então Nalon, por favor, e, na sequência, o Victorino e a Fernanda.

**03:06:31 Marco Nalon:** Ester, parabéns. O trabalho é impressionante, acho bem legal. Eu queria fazer uma observação bem rápida do quanto que tem os co-benefícios disso, né? Além do objetivo principal, que é levar água tratada e esgoto para essas comunidades, ainda que não seja a totalidade, mas uma parcela, é um avanço. Acredito que o benefício que vão ter para a saúde humana dessas comunidades, para o próprio meio ambiente, que deixa de ser impactado, às vezes, com disposição de dejetos humanos, ou mesmo captação de água, em cima de corpos d'água e nascentes. A gente teve uma reunião rápida em relação às áreas de risco, que a gente viu o benefício que traz também, que é esse tipo de ação para muitas áreas

que a gente tem mapeadas como o risco no Estado de São Paulo, e esse tipo de ação pode diminuir o risco daquela área, inclusive, né? Então, tem uma série de co-benefícios. E pensando nisso, a minha pergunta é se está pensando no projeto como um todo, nesses indicadores, de se medir a eficiência desse projeto ao longo, já que vai ter esse monte de co-benefício, como é que isso pode ser monitorado, se isso está previsto dentro do escopo do projeto inteiro?

**03:07:58 Naiana Lanza:** Obrigada, Nalon. Passo então, agora, a palavra ao Victorino. Eu tinha pulado ele aqui, então, é Victorino e, na sequência, Fernanda.

**03:08:03 Eduardo Victorino:** Parabéns pela apresentação, foi show. Parabéns mesmo. Bom, ainda bem que a gente entende que saneamento rural é tão importante quanto o urbano, né? Que bom que chegamos a essa conclusão. Eu só queria fazer uma sugestão de que o Censo Rural ele tem o cuidado de envolver principalmente o gestor público, que faça o vídeo, que explique o que vai acontecer, para que a gente possa ter essa abrangência o máximo possível, sabe? Por exemplo, o Conselho Rural da cidade tem que ser envolvido também, porque ele conhece as pessoas que moram lá. Não dá para você chegar em uma porteira e tocar o sininho, a pessoa não vai sair. Então tem que ter toda uma informação. Até porque o município pode usar depois essas informações do Censo, informações importantes. Então fica aqui a minha sugestão de que a gente faça esse envolvimento, principalmente com gestor público. Nada mais importante que o gestor fazer no vídeo, por exemplo. Você vai começar o Censo Rural, aqui junto com o Dauro, que está de parabéns por essas colocações. Que bom que a gente tenha essa interlocução com eles para que isso possa acontecer. O produto final vai ser ótimo e nós vamos poder usar no município também esses dados. Então seria isso. E mais uma vez parabéns pela apresentação.

**03:09:22 Naiana Lanza:** Obrigada, Victorino. Ester, quer fazer os comentários rapidamente?

**03:09:27 Ester Feche:** Rapidinho. Obrigado pelos parabéns de vocês, e a toda equipe, muita gente envolvida, não só da SEMIL, mas fora da SEMIL também. Bom, primeiro ali no Nalon, super obrigado. A gente, na verdade, levou para vocês esses pontos para que seja mapeado as áreas de risco. A gente não comentou sobre isso, mas você vai ter mais um instituto ali no grupo. O IPA está com material para fazer o mapeamento de áreas de risco e de perigo. Até aprendi a diferença dos conceitos e de que forma o saneamento rural ele pode contribuir para uma melhor qualidade de vida e minimizar risco da comunidade. Então esse ponto é super importante. Obrigada, a gente está atento. E assim, a parte de indicadores, Nalon, a gente está com aquele CCD Sanear Clima, e a gente está querendo estudar um pouco esses temas que estão tão diferentes da nossa pauta normal junto com o grupo desse CCD. E então a gente vai pautar isso daí, isso, suas contribuições são boas, a gente pode estar trabalhando junto.

**03:10:38 Naiana Lanza:** Então seguimos aqui para o pessoal que está online...

**03:10:42 Ester Feche:** Desculpe. E só completando aqui, Victorino, obrigada. Eu anotei aqui do gestor público ser acionado no Conselho Rural. Eu acho que esse daí é um ponto importante e a gente vai estar tratando disso.

**03:10:56 Naiana Lanza:** Então, nós temos quatro inscritos online, então vou sugerir a todo mundo fazer as perguntas de forma objetiva e depois a gente passa para Ester. Então, Fernanda, Manara, Paulo Nelson e Joana. Por favor, Fernanda.

**03:11:07 Fernanda Carbonelli:** Bom dia, Ester. Muito obrigada pela sua apresentação. Acho que a temática é de extrema relevância para o nosso estado. O Instituto de Conservação Costeira atua no Litoral Norte, mas mais precisamente em São Sebastião, onde a gente teve ali o núcleo daquela tragédia, justamente por conta da situação do município, quase 40% da população. E assim também se repete em Ilhabela e Ubatuba, quase 40% da população mora em área de risco e mora no que a gente chama, nos núcleos informais, que são as ZEIS, as Zonas Especiais de Interesse Social, onde ali nós temos 103 núcleos de crescimento em São Sebastião, mais uns 17 em Ilhabela, mais uns 20 e tantos em Ubatuba. Enfim, uma enorme quantidade de população que está ainda sem possibilidade de ter esgotamento sanitário. A gente sabe também que o município, em termos de planejamento territorial urbano, há uma deficiência quase em todos os municípios, acho que muito pouco se salvam nesse sentido de ter um planejamento urbano, de ter tudo isso mapeado. Considerando isso, eu queria saber: Número um: se é a Sabesp que está realizando esses estudos, ou seja, se há uma empresa contratada para isso. Número dois: De que forma as organizações da sociedade civil podem participar desse processo? Porque, com toda sinceridade, a gente sabe onde estão as áreas que não estão conectadas, sabe quais são os problemas que as áreas têm e pode ajudar muito nessa logística de identificação, acho que até, muitas vezes, mais que o município, que a gente está ali na linha de frente trabalhando com essas comunidades. A questão número três é que: a respeito dos núcleos informais, eu não vi você dizer muita coisa, porque até então a Sabesp não faz nenhum tipo de atendimento em áreas de risco. Tanto é que parte dos núcleos aqui, nós temos duas comunidades que são atendidas pela Sabesp, elas são atendidas parcialmente, e a parte de área de risco a Sabesp não entra com as obras públicas de investimento no esgotamento sanitário. O que mudou com relação a isso, ou seja, vocês vão mapear esses núcleos informais, entendendo que eles são áreas rurais, do município, vamos dizer assim, porque muitas vezes os municípios não têm áreas. Por exemplo, São Sebastião tem uma área rural que nem é mais. Então assim, acho que Ilhabela é a mesma coisa. Então, qual é a estratégia de vocês para tratar essa questão? De onde, qual é o tipo de tecnologia ou solução para essas áreas de risco que não podem ser contempladas pelo esgotamento? Qual é a estratégia de vocês para essa participação social nesse trabalho de identificação? E qual é o direcionamento a respeito dos núcleos informais? Eu fiz uma consulta para a Sabesp, mas não tive nenhuma informação deles. Então perceba que, apesar da grandiosidade do trabalho, a ponta está muito desgastada com os desmandos da Sabesp, principalmente com relação a essa falta de informação, essa caixa preta de informação que acaba ali causando até um caos social nesses núcleos. Então, principalmente com relação aos municípios de São Sebastião, onde a gente tem comunidades tradicionais, comunidades distantes, Ilhabela, São Sebastião, Ubatuba e Caraguatatuba, eu gostaria de entender mais qual é a estratégia de vocês, porque a ponta verdadeiramente, eu fico muito feliz com essas notícias mais, na ponta, junto à Sabesp, a gente não consegue andar com essas pautas. Então, faz dois anos que a gente pede uma área, tem uma área de risco e a gente não consegue qualquer resposta. Então esses seriam os meus questionamentos, acho que não se esgotam aqui, o tema é bem amplo, mas é isso.

**03:15:47 Naiana Lanza:** Obrigada, Fernanda. Passo, então, agora, ao Manara. Peço novamente a gentileza de serem objetivos, por favor, pessoal.

**03:15:53 Marcelo Manara:** Obrigado, Ester. Parabéns, realmente ao esforço histórico de resgate mesmo. Nunca tivemos a companhia, porque é somente o esforço dos municípios de atuação em saneamento rural. Primeiro, alguns já falaram, mas eu consultei agora o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de São José dos Campos e nenhuma notícia desses esforços foi trazida até o momento para o Conselho Municipal. Também consultei o Comitê de Bacias do Paraíba do Sul. Também ninguém está sabendo absolutamente nada. Lembrando que o Comitê de Bacia, escutei pouco porque eu não escutei o Comitê de Bacia, tirei foto até para depois ver com mais detalhes. Mas eu não entendo o porquê que os Comitês de Bacias não tem esse reconhecimento de ser um ator, um protagonista parceiro desse esforço. Deveria estar ali, porque o comitê de Bacia tem as plenárias, têm as Câmaras Técnicas, tem o saneamento como o seu carro chefe, tem o Plano de Bacias, que é uma política pública assentada numa norma, numa estrutura, num trilho normativo de alta segurança jurídica. E é o verdadeiro pagamento da água e do saneamento, e que o Comitê de Bacia, historicamente, no nosso caso, há 30 anos, nós estamos com a bota suja de terra. Há 30 anos nós estamos na área rural. Eu não entendo porque não tem essa grande chamada para os Comitês de Bacia entendê-los definitivamente como um ator protagonista dessas iniciativas. E também falar pelo município, eu entendi que naquele roteiro, naquele fluxograma, acho que no slide 2, aponta um esforço grande do município na etapa I. E se em setembro de 2026, o fim desse Censo Rural é para ontem. Eu não entendi. Depois acho que a Ester falou que a Sabesp está levando até um casal para conversar. Então eu não entendi porque nessa dúvida, Ester, se é o município que vai fazer o CSD ou se já está sendo feito por um esforço dessa empresa contratada pela Sabesp. Obrigado.

**03:18:25 Naiana Lanza:** Obrigada. Na sequência, Paulo Nelson.

**03:18:31 Paulo Nelson:** Realmente, esse é um tema que tem que parabenizar o esforço da Ester e da equipe por todo o trabalho apresentado. A gente também tem consciência da dificuldade do processo, dos desafios que estão sendo colocados para você ter uma universalização de esgoto na área rural. Eu tenho aqui basicamente que fazer algumas provocações e algumas reflexões no sentido de que, por que não cruzar uma série de dados que existem no Estado e que poderiam estar contribuindo para esse Censo? Primeiro dado, o CAR. Nós temos estabelecido o Estado quase que completamente coberto pelos cadastros rurais. Então, por que não cruzar os dados do cadastro rurais com os levantamentos que estão sendo feitos para efeito desse levantamento do Censo? O segundo ponto, fazendo eco ao Manara, os Comitês de Bacia, nós temos a maioria, muitas das propriedades rurais um pedido de outorga do Comitê de Bacias. Então, essas outorgas são elementos básicos para que a gente possa também estar cruzando os dados para saber quem é que está buscando água nos nossos córregos, nos nossos rios, e como é que elas estão sendo tratadas dentro do processo de levantamento. E aí fica para efeito de motivação dos municípios, porque a gente sabe que, muitas vezes, a gente precisa gerar motivações, por que não criar no Município Verde Azul pontuações específicas para aqueles que trouxerem todas essas bases de dados e integrações das áreas rurais e das comunidades? São elementos que estão disponíveis ao governo, são matérias que entendo que são extremamente relevantes para poder contribuir para a eficiência. E, por fim, fazendo uma referência até a fala da Fernanda, a questão das comunidades que, pelo que eu entendi, voltaram a ser chamadas de favelas agora, mas que a gente teve aqui em São Paulo uma área urbana extremamente concentrada, mas no Rio Pinheiros nós tivemos as soluções nas comunidades, que é

justamente, às vezes, a impossibilidade de você estar criando mecanismos de coleta e tratamento de esgoto em que a gente, para que você melhorasse os — [03:21:27 ininteligível] do Pinheiros, os rios que estão em volta dessas comunidades passaram a ter um tratamento do córrego, porque você às vezes não consegue entrar na comunidade para fazer uma instalação de uma rede de esgoto. Mas essa rede de esgoto, via de regra, está sendo jogada num córrego ou despejada de forma em valas que são permeadas, então, por que não usar esse mecanismo no tratamento de criar pequenas estações de tratamento à jusante desses córregos, para que a gente possa estar tratando toda essa água e não estar contaminando todos os nossos rios, que é um dos grandes problemas que nós temos. Então, os desafios da Sabesp no litoral são fenomenais. A gente tem tido uma interação com alguns stakeholders para tentar levantar todas essas questões de não conformidades no processo da Sabesp, Nós não conseguimos ainda dar uma devolutiva sistematizada, mas eu estou imbuído de, realmente, criar todas essas interações para que a gente possa, pelo menos no litoral, extirpar de vez as bandeiras vermelhas das nossas praias. Então isso passa necessariamente por uma questão de tratar todos os rios que estão nas áreas rurais e nas comunidades tradicionais que são necessárias serem atendidas. Obrigado.

**03:23:20 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Por fim, Joana, peço a colaboração para ser bem objetiva na fala, por gentileza.

**03:23:26 Joana Alves:** Sim. Bom, parabéns e obrigada pela apresentação, Ester. Uma pergunta sobre uma fala da secretária Natália no começo da reunião, de que nesse momento a Sabesp estaria tratando de uma forma inovadora e diferente essas áreas irregulares que antigamente não podiam receber as obras de saneamento, etc., e que agora eventualmente poderiam receber. Eu queria entender como é que está essa abordagem também, acho que reiterando também aqui a pergunta da Fernanda. E também sugerir que, em relação às comunidades tradicionais, que vocês também façam uma conversa e uma interlocução com a Fundação Florestal, que acho que tem um contato direto com todas as comunidades tradicionais que estão em volta das Unidades de Conservação, nas Zonas de Amortecimento e também tem participação das comunidades nos conselhos, seria uma forma da sociedade civil como um todo, não só as comunidades, mas a gente também, das ONGs aqui, que atuamos aqui na região, que a gente possa também participar desse processo. É isso.

**03:24:31 Naiana Lanza:** Obrigada, Joana. Ester, da mesma forma, peço para ser bem rapidinha nas respostas.

**03:24:36 Ester Feche:** Responder aqui por partes, a partir da Fernanda Carbonelli, foi o primeiro questionamento que ela trouxe sobre as ZEIS e as áreas de risco e de que forma elas estão sendo contempladas. Fernanda, a gente está na etapa agora de fazer o levantamento censitário, então todas as áreas vão ser visitadas. Essas áreas, elas têm um acompanhamento que é feito o shapefile e a localização georreferenciada. Então a gente está um pouco trabalhando com o IPA também nesse sentido, de a gente identificar áreas de risco e áreas de perigo, por quê? Porque é necessário identificar isso para a gente não criar uma infraestrutura que, no final, você acaba acentuando o risco. Por outro lado, a gente sabe que as áreas de perigo, elas podem ser beneficiadas por isso. Então é esse ponto, a fase a gente está uma fase antes, que é o levantamento censitário das populações alocadas nas áreas rurais. No contexto aqui dos núcleos informais, a sociedade civil é super bem-vinda, e assim, tudo o que for possível, vocês podem fazer até o encaminhamento para Naiana, que são

comunidades da sociedade civil que têm disponibilidade a contribuir, pode passar um e-mail ou alguma coisa para a gente depois juntar essas informações para que, por município, que a gente possa utilizar para contatos, elas são muito bem-vindas, são importantes mesmo. Um ponto que acho que a gente precisa lembrar é que a URAE foi estabelecida com o objetivo de ser o representante do município, e coordenado pela Roberta Buendía, e cada município tem o seu representante na URAE. E ele tem o papel, ele tem a responsabilidade de repassar para todos os status das conversas, das discussões, dos cronogramas de trabalho. Então nada impede de a gente está trazendo aqui todos esses status, mas lembre que vocês têm uma ponte estabelecida pelo contrato que ele, para quem está falando das áreas Sabesp, que ele é fundamental e que está funcionando com um cronograma, com uma agenda. A Roberta é super criteriosa com isso, e tema rural a gente tem uma agenda conjunta. Então, eu queria pedir mesmo para vocês estarem mais atentos e mais próximos dos representantes de vocês na URAE, que como esse conselho, a URAE tem um conselho como município, representante do município. Na parte aqui que o Manara colocou, o Conselho Municipal de Saneamento Rural, já anotei, Manara, para a gente estar utilizando como ponte de entrada, e aí volta a questão dos cronogramas, que é a URAE ela vai acompanhando. E ali tem um cronograma por município dessas datas. E os Comitês de Bacias pode ser mesmo também um comitê de prestação de contas. Então a gente pode estar pensando sobre isso. Está sob, também, a coordenação do subsecretário Cristiano. A gente pode avaliar isso de estar levando informe no CRH, alguma coisa assim. Então, acho que esses são os pontos aqui que ele colocou. Paulo do Rêgo O CAR foi usado. A Secretaria de Abastecimento e Agricultura também juntou vários cadastros e o CAR é um dos cadastros que foram contemplados. E essa sugestão do Município Verde Azul que você colocou, a gente já começou a trocar figurinha com o pessoal do Município Verde Azul, de colocar algumas coisas que estão previstas dentro dos nossos Planos de Saneamento ali, Plano Estadual de Saneamento, o Plano Regional de Saneamento, também para fazer pontuação diferenciada. E bem lembrado isso, porque eu acho que ele é um mecanismo voluntário do município que acaba sendo muito bom, funciona muito bem. O caso das comunidades urbanas e a rede de esgoto usar o mecanismo de pequenas soluções. Ali, olha, as soluções são caso a caso. Depois que fizer o censo rural, identificar o agrupamento, a proximidade de domicílios, e aí vai ser definido as tecnologias, por isso que tem a deliberação da ARSESP para essa finalidade. Então, assim, a gente precisa fechar o Censo Rural. E, claro, os estudos vão andar em paralelo. Mas a gente, na verdade, a solução tecnológica não vai ser a mesma para todo mundo, isso a gente já sabe. Vai depender mesmo do melhor benefício para a sociedade, meio ambiente e também para o prestador de serviços no caso da operação, porque na verdade não é só investimento, depois tem que operar também, tá? Então, acho que esse daqui era o ponto. A Joana colocou do Instituto Ilhabela. Joana, acho que está no mesmo caso, ali também de você passar o e-mail com os institutos da região do Litoral Norte, que podem ser apoio e interface. A Fundação Florestal, a gente está tendo reunião com eles para vários temas e sim, eles são nossos parceiros, estão nos ajudando muito no contexto das comunidades tradicionais e, inclusive, algumas coisas como a gente tem como o Quilombo Bombas, por exemplo, que a gente está tendo uma dificuldade, está com tudo pronto, a gente não tem ainda estrada para entregar. Então a gente tem tido reuniões para ver como é que a gente vai resolver a entrega e a instalação das soluções ali de meio ambiente. Mas acho que basicamente são essas as respostas. Se o secretário quiser fazer complementações.

**03:30:59 Naiana Lanza:** Obrigada, Ester, pelos esclarecimentos e pelo rico trabalho, complexo, com uma rede de atores e de pessoas, e um tema muito aguardado aqui pelo

conselho. Então agradeço todos seus esclarecimentos e eu passo aqui para o subsecretário Cristiano também, para ele fazer os comentários em relação a esse tema, por favor, secretário.

**03:31:23 Cristiano Kenji:** Obrigado Naiana. Primeiro parabenizar a toda equipe, aqui em nome da Ester, da Ana, vem engajada no tema que tem dado bastante trabalho mesmo para a equipe, então estão bem envolvidos para avançar nisso. Então, só alguns comentários até complementando alguns pontos ali que a Ester já colocou, é importante destacar de fato, assim, que o Capaldi pontuou, nós estamos olhando os 645 municípios do estado. Obviamente que eles têm a sua autonomia, mas o Estado está oferecendo apoio a todos. Então nós temos 371 no contrato da URAE, outros cinco que são operados pela Sabesp fora do contrato, que também estão sendo olhados pela concessionária. No Universaliza, hoje, nós estamos com cerca de 160 municípios que também, nos contratos regionais que estão sendo modelados vão ser considerados. E aí é importante pontuar, há uma diferença, porque a gente fala que o Marco Legal do Saneamento fala em 90% de atendimento com coleta e tratamento de esgoto. No contrato da Sabesp, que a gente vai replicar essas metas para o Universaliza, eles estão separados. Então a gente tem uma meta de 90% para atendimento da população urbana, e 90% para atendimento da população rural informal. Porque você pega um município que tem uma população rural informal baixa, teoricamente você pega atender 90% da população urbana, ou seja, 95% da população, então você atendeu o marco legal de saneamento, e não é isso que a gente quer. Então a gente está olhando para atender, universalizar a comunidade rural. E aí um ponto que é importante separar, que aqui a gente fez uma apresentação específica para o saneamento rural. A gente sabe que tem um outro desafio, que é a questão do atendimento às áreas informais, isso é separado, é importante dar esse destaque no caso ali de São Sebastião, outros municípios no Guarujá, ou mesmo São Paulo, a gente sabe a quantidade de áreas informais que a gente tem, e essas áreas, elas não estão no cadastro, no Censo Rural. Lembrando que a gente segue o setor censitário do IBGE, então essas áreas são urbanas, com ocupações informais. Então elas vão ser atendidas também mediante a regularização fundiária ou a indicação do município. Então a gente tem um outro critério para isso. Não vou me aprofundar aqui, mas se for o caso, a gente traz também essa discussão que está tendo com relação a necessidade de indicação dos municípios, esse ponto que a secretaria colocou, para de fato a gente entrar com a solução de saneamento, mas é importante colocar que isso não está nesse levantamento, nesse Censo Rural e nessa apresentação que foi feita hoje. Com relação ao envolvimento dos diversos atores, só um ponto. É importante colocar também, a gente tem um cronograma até setembro do ano que vem, os levantamentos de campo, se não me engano, está até maio, e assim, o que a gente tem feito nessas reuniões de acompanhamento, como a Ester colocou, a gente está hoje em 10%, um número pequeno, porque está aprendendo a forma mais adequada de cumprir com o que é proposto. Ainda não há uma ampla divulgação para todos os municípios, porque essa divulgação, esse contato mais próximo, ele é feito quando o Censo vai ser realizado naquele município. Então nós temos 371 municípios, nós temos um cronograma. Quando for chegar no município de Mairiporã, São José dos Campos, aí sim vai se engajar aquela população para procurar os conselhos, os pontos focais daquela região para fazer esse engajamento, porque se fizer esse engajamento com todo o mundo e demorar seis meses para chegar lá, você acaba desmotivando. Então, não é essa a metodologia que foi adotada. Então isso vai chegar, e também a gente está olhando todos os pontos necessários para fazer essa comunicação. Tem um plano de comunicação que foi apresentado pela contratada, que a gente avaliou junto com os profissionais da área de

comunicação, os sociólogos aqui, para fazer de fato a melhor forma dessa abordagem. E aí é um ponto que também é importante: quem foi contratado, lógico, tem uma regra da contratação que foi estabelecida no contrato, mas por sorte, quem foi contratado foi a FUNDEPAG, que é uma associação, uma Fundação vinculada à Secretaria de Agricultura, que eles já tem experiência na questão desse contato com a população rural. Então eles tem aquele programa Rotas Rurais, que é a mesma equipe inclusive que está nesse programa do Censo, que tem muitos levantamentos de campo, eles têm o CAR, enfim. Então todos esses dados têm, inclusive, de outros levantamentos que eles já fizeram, porém, falando um pouco do que o Paulo nos falou, todos esses dados existentes estão sendo considerados, mas porque o Censo? Porque ele não é simplesmente um levantamento de domicílios? A gente está indo fazer um levantamento da solução de saneamento existente naquele domicílio para saber o que é o diagnóstico de fato, para saber de que forma vai ser atendido. Então ele, lógico que os dados existentes são importantes, mas não dispensa a necessidade de todo esse levantamento de campo que está sendo feito. Basicamente são esses pontos. Mais uma vez agradecer a Ester, a todos pelas contribuições.

**03:37:26 Naiana Lanza:** Obrigada, subsecretário. Eu informo aqui ao plenário que tanto a secretaria quanto o subsecretário tiveram compromissos e precisaram se ausentar, por esse motivo, hoje, eu vou aqui encerrar a nossa reunião. Agradeço a todos e todas. E a gente se vê em dezembro para nossa última reunião do ano. Obrigada, pessoal.